

Capítulo I

Informação radiofónica (décadas de 1930 a 1970)

Radio information (1930s to 1970s)

Rogério Santos

Universidade Católica Portuguesa
rogerio.santos@netcabo.pt
ORCID ID: 0000-0002-0785-9278
/ 3E1A-050C-0FED

Resumo: O capítulo analisa o modo como a rádio desenvolveu a informação e o jornalismo em Portugal desde o seu início até meados da década de 1970. Considero informação e noticiário como tópico comum. Na categoria informação enquanto modelos híbridos, junto os géneros crónica, entrevista, relato desportivo e programas como *A Hora da Saudade*. Numa proposta ainda mais alargada, e para a diferenciar da informação pública, abro espaço à publicidade enquanto informação comercial.

Palavras-chave: Rádio, notícias, locutores, repórteres, géneros jornalísticos na rádio, Emissora Nacional

Abstract: The chapter analyzes how radio developed information and journalism in Portugal from its beginnings to the mid-1970s. For me, information and news are a common topic. In the category information as hybrid models, I join the genres chronicle, interview, sports reports, and entertainment programs (such as *A Hora da Saudade*). In an even broader proposal, and to differentiate it from public news, I make room for advertising as commercial information.

Keywords: Radio, news, announcers, reporters, journalistic genres on the radio, Emissora Nacional

Introdução

A informação na rádio foi sempre um elemento constante na programação, embora a ideia de jornalismo seja relativamente recente. O objetivo do texto presente é analisar o modo como a rádio desenvolveu a informação e o jornalismo, começando por aquilo a que chamo *inorgânico* — leitura na rádio de notícias de jornal — até à formação de estruturas, com noticiaristas dedicados à escrita (*orgânico*). Aqui, considero informação e noticiário como tópico comum. Na categoria informação enquanto modelos híbridos, junto os géneros crónica, entrevista, relato desportivo e programas como *A Hora da Saudade*. Numa proposta ainda mais alargada, e para a diferenciar da informação pública, abro espaço à publicidade enquanto informação comercial. A investigação abrange o período de início da radiodifusão no país até meados da década de 1970 e parte de trabalhos já escritos pelo autor (Santos, 2005, 2014, 2017, 2018).

Durante décadas, houve colaboração de jornais na organização de noticiários. De modo mais claro, os locutores de serviço liam as notícias publicadas nos jornais em sistema de revista de imprensa. Na Emissora Nacional, o serviço de noticiário começou em 1935, com assistentes literários a escreverem e locutores a lerem. As estruturas de informação nas estações comerciais começaram em períodos diferentes: 1961 para Rádio Clube Português e 1972 para Rádio Renascença. O atraso de Rádio Renascença face a Rádio Clube Português explica-se pela menor dimensão daquela, ainda na passagem para a década de 1970, e ao maior interesse na informação religiosa que noutras áreas. Nas rádios comerciais, o noticiarista (nome dado ao jornalista da rádio, a partir de 1960) escrevia e lia as notícias. O início e o fim de cada noticiário comportavam publicidade. Para a Emissora Nacional, uso as designações de rádio oficial, como era chamada no período do Estado Novo, e rádio pública, referência da estação no regime democrático.

Até ao final de 1959, os modelos de noticiários radiofónicos eram: Emissora Nacional,

muito seguidor da agenda do presidente do Conselho de ministros em termos de atividades já realizadas; Rádio Clube Português e Rádio Renascença, com leitura de notícias publicadas nos jornais; Emissores Associados de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos (Porto), com serviço oficioso do SNI (revistas de imprensa e palestras). A duração dos noticiários da rádio pública era mais extensa nos noticiários das 8:00 e das 20:00. Quer Rádio Clube Português quer Rádio Renascença tinham noticiários mais extensos ao final do dia ou à noite. A realidade informativa na rádio portuguesa deve ler-se atendendo às circunstâncias particulares da ditadura política, condicionada pela censura (SNI, PIDE) e autocensura exercida dentro das redações.

Dividi o texto em secções, em que a primeira apresenta as experiências iniciais de noticiário, ainda antes da definição de géneros como notícia, reportagem e crónica. A secção 2 presta atenção à Emissora Nacional, a estação com mais preocupações quanto a noticiários. Para além de noticiário, distingo formatos como *Diário Sonoro* e *A Voz do Ocidente*. A secção seguinte inclui a análise dos noticiários em Rádio Clube Português e Rádio Renascença. Se a secção 4 observa o papel da censura no Estado Novo, caso do programa *Página 1*, a seguinte aponta as diferenças entre crónica e reportagem, com o estudo do noticiário do funeral de Salazar em julho de 1970. Apesar de a publicidade ser uma forma radiofónica muito particular, a defesa feita aqui é mostrar semelhanças com a informação quanto a construção textual (secção 6). Finalmente, a secção 7 investiga a produção da informação para as antigas colónias portuguesas em África, enquanto a última se debruça sobre os noticiários no período da revolução política (1974-1975).

1. Início

Na colaboração inicial entre rádio e imprensa para a divulgação de informação existiu uma relação ambígua e não amigável, com a segunda a protestar e querer a proibição da leitura de jornais daquela, por considerar haver usurpação de direitos de propriedade e sem fazer investimentos financeiros nas estruturas de notícias. Ao longo da história da rádio, nenhum jornal teve a propriedade de estações.

A ideia de notícia de rádio, como hoje a concebemos, formou-se no final da década de 1920. Nessa altura, surgiam notícias em CT1AA e Rádio Sonora (Porto), além de informações em CT1DE, sob a forma de reparos ou simples relatos morais do locutor. Ainda no ano de 1930, parecia profissionalizar-se o noticiário radiofónico, com as emissoras CT1DE e CT1BO a transmitirem notícias oriundas do *Diário de Notícias*. Nos primeiros anos de radiodifusão, as estações eram conhecidas pelas designações de licença de emissão, com CT a significar Correios e Telégrafos, a entidade estatal que as atribuía. CT1BO, que incluía na programação um conjunto de “palestras amenas”, tinha um locutor “habilitado a fazer comentários aos acontecimentos do ano”, como ocorreu na emissão de 10 de novembro de 1929. A crítica

literária em CT1BO dirigia-se a uma pequena minoria de ouvintes, mas abria caminho à formação da opinião pública. Já no final de 1932, o *Diário de Notícias* (16 de novembro de 1932) transmitia o seu *Rádio-Jornal* através de CT1DH, começando com uma palestra de Paulo de Brito Aranha. Por seu lado, as alocações da campanha do Trigo em CT1AA, no final da década de 1920, com a retransmissão por altifalante junto de ouvintes reunidos em determinadas praças ou largos, ilustravam o emprego da rádio na propaganda do regime político entretanto instaurado no país.

Ainda durante a década de 1930, estabeleceu-se uma cooperação profícua entre *Diário de Notícias* com Rádio Lusitânia (Lisboa) e Sonora Rádio (Porto). Para esta última, produziu entre 1933 e 1938 o noticiário *Diário Sonoro* e sua retransmissão na Emissora Nacional. Pelas competências granjeadas, antecipou em muito a estrutura adequada de informação, como transparecia de carta da Emissora Nacional a assinalar que, se esta tivesse equipamento adequado, transmitiria o programa para todo o país, além da difusão para Lisboa (Freire, 1939, p.70).

Resultado da cooperação entre a delegação portuense do *Diário de Notícias* e Sonora Rádio, *Diário Sonoro* consistia em crónica de abertura, caso do dia, notícias do Porto, artes e letras, vida feminina, espírito e humor, teatros e cinemas, efemérides, notícias de Lisboa, últimas notícias de Lisboa, país e estrangeiro, e rubrica a fechar (*Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1933; Freire, 1939, p.70), a dar conta de leque variado de interesses, mas a mimetizar o modelo dos jornais. De colaboradores do programa noticioso, distingo Damião Peres, Armando Leça, Bento Carqueja, Alberto Pinheiro Torres, Augusto Pires de Lima, Aurora Jardim e Alexandrina Reynaud. O nome *Diário Sonoro* constituiu depois uma marca da Emissora Nacional.

Não ficaram registos desse programa *Diário Sonoro*, de modo a exercer a sua análise crítica. Mas, pela presença de vários colaboradores, assumo que o noticiário estava muito identificado com o Estado Novo. Pela repartição de secções, *Diário Sonoro* parecia mais um magazine que um noticiário como hoje o entendemos — factos e sua interpretação. A estação não tinha jornalistas mas pessoas especializadas em matérias como cultura e arte. A existência de rubricas como humor, efemérides e vida feminina ilustra o lado do magazine, visível nos jornais da época. As palestras lidas na Emissora Nacional e reproduzidas no semanário *Rádio Nacional*, ao longo das décadas de 1930 e 1940, focavam um teor patriótico, doutrinário e de propaganda, ideia a extrapolar para a produção da estação. No conjunto de décadas, muitas notícias radiofónicas eram mera leitura da informação impressa nos jornais. Noto duas razões, a primeira das quais as notícias dos jornais surgiam já censuradas previamente. A segunda razão prendia-se ao esforço financeiro em organizar uma estrutura informativa num meio em que a música e o entretenimento tinham o maior quinhão de tempo de emissão e em que a informação se apresentava como complemento. Nem sempre a informação era lida em boas condições. Em 1946, Rádio Peninsular tinha uma ligação direta com a redação do *Diário Popular*, mas com uma música de fundo que podia ser uma marcha militar (*Rádio Nacional*, 2 de junho de 1946).

Apesar de distintos, a informação radiofónica a partir das notícias em geral e dos relatos de futebol teve pontos comuns na sua génese, com saída do repórter do estúdio e registo de novidades. A construção dos géneros fez-se tateando através de experimentação própria e da audição de emissões de estações europeias. No caso do futebol, em maio de 1928, realizaram-se os Jogos Olímpicos em Amsterdão, com Portugal a defrontar Chile, Jugoslávia e Egipto. Atendendo à popularidade do desporto, o *Diário de Notícias* afixou na sua sede, ao Rossio (Lisboa), um quadro elétrico. Este representava o retângulo dos jogos de futebol e uma pequena bola a rolar entre vidros descrevia as fases do jogo (Freire, 1939, p.52). A receber as notícias via rádio e telégrafo, os redatores em Lisboa atualizavam a evolução do jogo no quadro elétrico. Já em 1933, o jornal *Os Sports* (da empresa do *Diário de Notícias*) fazia relatos diretos de jogos de futebol pela rádio e comentários semanais na estação CT1DH (Freire, 1939, p.128). Também o *Diário de Notícias* organizava e radiodifundia através de CT1DH as transmissões de futebol (*Diário de Notícias*, 2 de julho de 1933). Em carta, João Pereira da Rosa, diretor do jornal *O Século*, escreveu ao diretor técnico dos CTT:

Desejando o *Século*, a exemplo do que tem feito com os desafios internacionais anteriores, transmitir por intermédio da TSF a informação relativa ao encontro de futebol entre as seleções representativas de Portugal e da Hungria, que se realiza no próximo domingo, 29, solicitamos de V. Exa. a fineza de autorizar que o posto emissor CT1AA possa funcionar no próximo domingo, das 15 às 18 horas, a fim de poder retransmitir o noticiário daquele acontecimento desportivo (23 de janeiro de 1933).

Para uma população de poucas habilitações literárias ou sem saber ler e dinheiro para comprar um jornal, a rádio era, pela rapidez e síntese, o meio mais eficaz. Os responsáveis políticos apreciavam tais noticiários: a censura estava feita previamente nos jornais e o fiscal do governo junto da estação, enquanto ouvinte privilegiado, zelava pelo cumprimento das normas restritivas de informação. Talvez por isso a rejeição de notícias de alguns jornais serem lidas na rádio atenuou. Uma outra explicação seria dada na época: ouvir um noticiário pela rádio significava menor esforço para quem o recebia face à leitura do jornal (Freire, 1939, p.282). Além disso, a referência radiofónica aos jornais funcionava como publicidade a estes. Os jornais tinham redes de colaboradores e agências nacionais e internacionais, a facilitar a recolha e difusão de informação, e a rádio ficava sem o peso financeiro de alimentar um núcleo de colaboradores.

A isto chamo forma *inorgânica* de noticiários, porque as rádios não possuíam um corpo redatorial, ou de noticiaristas como se dizia então, com função específica na escrita de noticiários. Neste modo informal, as notícias colocadas em rubricas de programas ou mesmo em secções próprias resultavam da leitura dos jornais do dia. Tal podia gerar histórias quase inverosímeis como a de locutor aludir à “imagem publicada ao lado”. Não havia critérios jornalísticos de escolha, como a pertinência ou a importância, mas o ajustado às ideias

dominantes ou com histórias de peripécias julgadas interessantes para os ouvintes. Em caso de programas de entretenimento, com dois locutores, a notícia podia roçar o anedótico, mesmo sob a capa de conselho. Na Rádio Renascença, se a notícia do jornal mencionasse o cardeal patriarca, um colaborador acrescentava “Sua Excelência Reverendíssima”. O fornecimento da revista de imprensa do SNI às rádios populares de Lisboa seguiu o modelo. A Rádio Juventude, estação da Mocidade Portuguesa, usava processo idêntico, caso de *A Imprensa Através da Rádio, Resumo Noticioso do Dia*.

O direto ainda não era possível, por inexistência de equipamentos leves e móveis, mas o registo de sons começou entre as décadas de 1930 e 1940, com os gravadores de fio de aço e de fita magnética, estes mais fiáveis que aqueles. À luz de hoje, os recursos baseavam-se no engenho aplicado ao momento, levando até a interromper ou anular as reportagens. Embora num contexto diferente, conto aqui uma história envolvendo António Ferro. A 16 de fevereiro de 1944, na 2ª Festa da Rádio, em Lisboa, ele fez um discurso. A ideia era transmitir a mensagem a partir de gravação, projeto inédito. Mas, por dificuldades técnicas surgidas no momento, o presidente da direção da Emissora Nacional teve de ir ao palco e ler o seu texto.

Bastante tempo depois, Matos Maia, no livro *Telefonia*, não deu qualquer relevo aos noticiários, escrevendo apenas sobre informação dentro de programas como o *Jornal da APA*, por ele considerado um programa completo de música, notícias, desporto, humor e folhetins (Maia, 1995, p.251). Com carreira na programação, o esquecimento de Matos Maia seria significativo: um capítulo sobre informação não passava de exaltação à teoria matemática da informação (fonte, transmissor, sinal, recetor, destinatário).

O controlo político de noticiários conduziu a uma estrutura forte e poderosa na Emissora Nacional, com o governo a considerar suficiente a informação através da rádio. As estações privadas tinham maiores preocupações no entretenimento musical, transmissões desportivas e produção de radionovelas. Se a implantação do serviço de noticiários de Rádio Renascença se compreende em 1972, num período de maior discussão na opinião pública dos temas políticos com Marcelo Caetano, o surgimento anterior do serviço de notícias em Rádio Clube Português (1961) teve justificações: mudança de instalações para a rua Sampaio e Pina, a permitir o alargamento da oferta, experiência do *Repórter Mabor*, síntese noticiosa às 14:00, dentro do modelo da informação patrocinada por uma empresa, e uso das técnicas de publicidade, com textos curtos mas incisivos, de Luís Filipe Costa, o responsável pela estrutura. Uma razão proveio da concorrência da televisão. As estações de rádio eram acionistas da RTP e sentiram necessidade de atualização. O fornecimento de notícias foi uma forma de renovação. De início, a estrutura de noticiários contou com um elemento ou pequeno grupo dedicado, com funções polivalentes de redator, locutor e sonorizador, depois separadas por atividade. Além de informação retirada de jornais e de contratos com agências noticiosas, cada equipa deslocava-se a locais onde decorriam atividades com relevo para reportar.

O noticiário à hora certa definiria períodos do movimento diário pendular: de manhã cedo, hora do almoço e hora de jantar. Ao noticiário associou-se o sinal horário, a indicar o começo da hora. Aqui, sinais sonoros foram importantes como sons de sino, carrilhão, sinais a lembrarem o código Morse e sons de aves, os últimos mais evidentes em emissões de ondas curtas, prolongados para facilitar a sintonia das frequências pelo reconhecimento do sinal. O som de carrilhão, mais majestoso, identificou um tempo em que a emissão em ondas médias alternava com horas de silêncio, evidenciando o começo e final de um período. O sinal horário mais reputado foi sempre o da Emissora Nacional mas estações locais como Rádio Graça tiveram essa função disponível desde quase o começo das emissões. Algumas estações emitiam anúncios junto ao sinal horário publicitando empresas de relógios. Muito tempo depois, e para estabelecer uma comparação, a APA (Agência de Publicidade Artística), sediada em Lisboa, reeditaria o seu *Jornal da APA*, a durar 45 minutos, com noticiário “criteriosamente selecionado e redigido” e folhetim radiofónico com os melhores artistas do teatro (27 de novembro de 1953, Arquivo SNI). O modelo de jornalista ou redator de rádio e a ideia de atualidade ainda não tinham surgido e havia mistura entre informação e entretenimento.

2. Emissora Nacional

Na Emissora Nacional, os noticiários surgiram desde o arranque da estação. A emitir experimentalmente desde 1934 e oficialmente desde agosto de 1935, a estação tinha orçamento definido e muito controlado pelos CTT (Correios). Em 1945, passou para a dependência direta de Salazar e da sua presidência do Conselho de ministros. Se o garrote financeiro baixou, o controlo político aumentou mais, com uma administração sempre atenta à defesa do regime do Estado Novo e da educação dos ouvintes. Por isso, considero a estrutura de informação como compromisso *orgânico*, por o Estado precisar de um canal para informar, além das vertentes de instruir e distrair. Ainda na década de 1940, coexistiam noticiários com magazines e transmissões desportivas enquanto origem comum.

Em teoria, a transmissão desportiva não se considera informação em si. Contudo, na época, a rádio oficial transmitia já relatos de futebol mas apenas a segunda parte dos encontros (*Rádio Nacional*, 22 de setembro de 1946). Temia-se que a emissão do relato completo afugentasse espectadores do estádio. Assim, o relato englobava um resumo da primeira parte, como se fosse uma notícia ou comentário, e o desenrolar do evento, sujeito a variações como golos, faltas de jogadores sobre outros atletas, vitórias e derrotas, como se fosse uma reportagem. Alfredo Quádrio Raposo, Domingos Lança Moreira e Artur Agostinho tornar-se-iam populares graças às transmissões de futebol, a que se seguiram Amadeu José de Freitas, Nuno Brás e Fernando Correia, que alargariam as reportagens a hóquei em patins e ciclismo, modalidades então muito populares.

Também considero que os boletins meteorológicos, emitidos quatro vezes por dia de Lisboa, Ponta Delgada e Praia (Cabo Verde), o programa *A Hora da Saudade* e algumas palestras se enquadram na área da informação. *A Hora da Saudade*, iniciada em abril de 1937, compunha-se de mensagens enviadas por familiares a portugueses em diversas partes do mundo, numa construção ideológica da saudade do lar e da nação. As palestras *Crónicas Semanais*, de Vitorino Nemésio, *A Ciência ao Serviço da Humanidade*, de Mendes Correia, e *A Voz da Cidade*, dos Serviços de Propaganda da Câmara Municipal de Lisboa (*Rádio Nacional*, 16 de janeiro de 1954), embora não refletissem factos noticiosos em si, funcionavam dentro do considerado modelo literário da Emissora Nacional, atuavam como formação de opinião pública e, por isso, no processo de informação. O *Programa da Manhã* também inseria entrevistas de atualidade com personalidades que visitavam o país, por vezes com sensacionalismo, modelo híbrido entre a informação e o entretenimento, fosse o escritor francês Emile Henriot, a fazer conferências em várias cidades nacionais, fosse o agricultor, filósofo e aviador americano Leo Seren, que tripulara um pequeno avião entre os dois lados do Atlântico (*Rádio Nacional*, 13 de fevereiro de 1954).

Aqui, com centro em finais da década de 1940, meados da década de 1960 e período revolucionário de 1974-1975, analiso os modelos de informação usados na Emissora Nacional, do magazine, a combinar informação e entretenimento, ao *Diário Sonoro*, marca significativa da estação como noticiário. Indico também algumas características da rede de recolha noticiosa na estação.

A Emissora Nacional viveu sempre sob dupla personalidade. De um lado, como rádio ligada ao regime, o controlo dos noticiários era fundamental. De outro lado, a qualidade da informação era a preocupação da rádio pública, agastada com a imagem de *maçadora nacional*, a que António Ferro se referiu no discurso de tomada de posse como presidente da direção da estação em 1941. A distribuição de alguns trabalhos pelos locutores era ponderada, atendendo a fatores como qualidade, empenhamento ideológico e capacidade de organização. Por exemplo, foi decidido escalar o locutor Pedro Moutinho para a reportagem da cerimónia do primeiro aniversário da morte de Salazar. Sobre o mesmo Pedro Moutinho, quando condecorado pelo governo da Venezuela, ele não teria cobertura da estação, o que mereceu críticas da gestão. Uma cópia de gravação cedida pela Rádio Renascença permitiu incluir num *Diário Sonoro* a cerimónia e o discurso de improviso feito pelo locutor, ênfase igualmente dada aquando de condecoração pelo governo francês ao chefe de repartição de Programas Musicais Pedro do Prado (julho de 1971). Retirando a necessidade do controlo, a Emissora valorizava os méritos dos seus funcionários. Sobre Pedro Moutinho, que entrara em 1943, em concurso em que também se apresentaram Francisco Mata e Fernando Curado Ribeiro, escreveu-se que ele era um dos maiores jornalistas do ar, desde “a reportagem de sensação até à dicção, convencionalmente sóbria, do anúncio de cabina” (*Rádio Nacional*, 17 de novembro de 1946).

Magazines

António Ferro, dentro da sua *política de espírito*, esteve na origem de programas da Emissora Nacional iniciados com a grelha de 1942, de que destaco *Conheça a Sua Terra*, *Domingo Sonoro*, *Viagens na Nossa Terra*, *Vozes no Mundo* e o programa da manhã (Ferro, 1950, p.91). *Domingo Sonoro*, a oferecer as “mais palpitantes atualidades da semana”, ainda não tinha o formato de noticiário como hoje o entendemos, mas era um tipo de magazine, a emparceirar com o modelo das revistas ilustradas e das atualidades cinematográficas, usado para entrevistar políticos, industriais e intelectuais e cobrir eventos de nível nacional. Assim, resumia os principais acontecimentos da semana, findando com um folhetim ou diálogo em forma de comentário leve e alegre, como se fosse uma coleção de curiosidades à volta de acontecimentos. Primeiro jornal falado, sobre *Domingo Sonoro* considerou-se ser um “documentário auditivo dos acontecimentos portugueses, repositório da vida nacional, semana a semana” (*Rádio Nacional*, 8 de maio de 1947).

No final de 1946, o diálogo radiofónico era *Namoro de Janela*, conversa entre dois namorados, Zequinha e Lelé, interpretados por Vasco Santana e Irene Velez, original de Aníbal Nazaré e Nelson de Barros (*Rádio Nacional*, 8 de dezembro de 1946). Ao casal de namorados, juntou-se a sogra, “aquela santa”, interpretada por Maria Matos. Mas a rubrica cessaria em finais de janeiro de 1948. Os namorados só se haviam unido em casamento civil e os dirigentes da Emissora Nacional exigiram um casamento pela Igreja, o que os criadores rejeitaram. A rubrica passaria para o teatro e com Elvira Velez no papel de sogra. Cada edição, emitida às 13:00 e 21:00, tinha 30 minutos de duração (*Rádio Nacional*, 18 de agosto de 1946). Durante muitos anos, *Domingo Sonoro* contou ainda com diálogos de Olavo d’Eça Leal e Costa Ferreira. Em inquérito feito aos leitores de *Rádio Nacional*, *Domingo Sonoro* ficaria em oitavo lugar nas suas preferências (15 de dezembro de 1946). O modelo foi abandonado algum tempo depois da saída de António Ferro da Emissora Nacional, ocorrida em 1950, e regressado em 1962 e renovado em 1971.

A duração do magazine flutuava por vezes. João Oliveira Pires, responsável da área desportiva e depois dirigente máximo da Emissora Oficial de Angola, sugeriu marcar-se um tempo certo de duração para o *Diário Sonoro* (ata da direção da Emissora Nacional, 19 de janeiro de 1970). Os noticiários de 40 minutos “não eram audíveis, pois afastavam os ouvintes” (ata da direção, 22 de dezembro de 1969), o que levou o diretor Silva Gonçalves a dar instruções para a duração máxima de 30 minutos no *Diário Sonoro*. A equipa dirigente da estação já não acreditava na fórmula de notícias do presidente da República em primeiro lugar, muitas vezes sobre uma simples inauguração de fontanário, com as notícias importantes remetidas para a sequência de importância codificada há muito. Contudo, não tinha força ou vontade de alterar. As noções de valor-notícia ou de notícia de última hora não entravam no léxico da estação. Uma crítica impossível de se fazer na época era a de a estação gravar apenas as

atividades oficiais do regime, sem ir a bairros de lata ou refletir sobre a realidade social do país. A rádio preferia fazer programas à base de canções e com informação pueril.

Os responsáveis de *Domingo Sonoro* foram, sucessivamente, José Augusto, Francisco Mata e Adolfo Simões Müller, com Jorge Alves como responsável técnico e Artur Agostinho a repórter de serviço. Algumas características populares iniciais deram espaço à solidez técnica e a um certo bom gosto, conjugando jornalismo radiofónico e rubricas leves. O trabalho de domingo era preparado na redação da rádio à sexta-feira e ao sábado.

Em 1946, o horário de emissão em Lisboa era, ao domingo, constituído por três períodos: 8:30-10:00, 12:00-14:00, 18:30-00:00. No Porto, o Emissor Regional tinha apenas os dois últimos períodos de emissão. Em 1946, havia cinco noticiários diários, entre cinco e quinze minutos de duração: 8:35, 13:00, 19:00, 21:00 e 23:50 (*Rádio Nacional*, 20 de janeiro de 1946), número que subiu para seis, com a inclusão de um noticiário regional às 20:30 (*Rádio Nacional*, 17 de outubro de 1953). No começo da década de 1950, a estação contava com correspondentes em Madrid, Paris, Londres, Bruxelas e Rio de Janeiro e garantia informações de horários de comboios e aviões (*Rádio Nacional*, 29 de setembro de 1951). Às 9:30, havia a rubrica suplementar *O que Dizem os Jornais*, de 5 minutos.

Uma versão mais moderna de *Domingo Sonoro* começou a ser emitida em 3 de janeiro de 1971, com duração de trinta minutos, das 13:45 às 14:15. O parecer do chefe de secção da Emissora Nacional sobre o primeiro programa foi: “O programa está variado, tem ritmo e apresenta-se construído radiofonicamente. Oxalá as montagens e a locução lhe saibam dar vida” (Arquivo RTP). Com locução de Luísa Pinho e Gustavo Rosa, o programa apresentava-se como diálogo à volta de uma mesa, com perguntas, deixas e comentários de ordem social e psicológica. Na emissão de 7 de fevereiro de 1971, com locução de Armando Correia e Maria Leonor Magro, um dos assuntos de *Domingo Sonoro* foi o uso de calções pelas jovens elegantes. Dizia ele que “os calções, reservados anos atrás ao desporto e à praia, ganham todas as frentes e impõem-se hoje pela cidade, em todas as horas”. O assistente literário teve dúvidas sobre o texto e escreveu na primeira página: “Chamo a atenção para a parte assinalada nas páginas 2 e 3. Quanto ao resto, sem problemas” (Arquivo RTP). Já o chefe de secção tomou uma posição diferente, por o assunto ser tema regular na imprensa; à cautela, acrescentou uma frase para amenizar possíveis críticas. O chefe de repartição aprovou.

Ainda na década de 1940, também o programa *Vozes do Mundo* se apresentou como jornal sonoro, revista de atualidades e curiosidades internacionais, “qualquer coisa como o documentário cinematográfico passado ao plano da rádio e incluindo assim tão depressa o registo de um passo de um discurso do presidente Truman como o comentário risonho à última moda dos chapéus femininos” (*Rádio Nacional*, 3 de abril de 1947). De designação próxima de *Domingo Sonoro*, o emissor regional do Porto tinha o *Jornal Sonoro*. Uma das emissões teria a seguinte estrutura:

Programa elaborado com cuidado, com escrupulo mesmo, agradou em cheio, como se costuma dizer. A locução esteve a cargo de Alfredo Pimentel. O Dr. António Cruz, um dos editores, fez a abertura e o outro coeditor, Dr. Paulo Pombo, fez uma demonstração de truques usados na rádio, como, por exemplo, com o trote de uma pileca conseguir pela multiplicação uma cavalgada. O programa seguiu com um diálogo entre Manuel Gonçalves e D. Helena Bramão e depois Ápio Garcia, em nome dos postos centralizados, dirigiu saudações ao ERN (*Rádio Nacional*, 21 de abril de 1946).

Já no final de 1956, o noticiário da Emissora Nacional das 21:00 começava com o resumo dos principais acontecimentos, a que se seguia o desenvolvimento de cada um, com apresentação das notícias por dois locutores, a exemplo do que a Rádio Paris já fazia (*Jornal de Notícias*, 16 de novembro de 1956). Uma notícia do mesmo ano procurava caracterizar o programa *Jornal Sonoro*, com entrevistas de quinze minutos (*Flama*, 27 de janeiro de 1956). *Jornal Sonoro*, perdida a componente recreativa, e *Diário Sonoro* seriam designações mais próximas do jornalismo radiofónico que o magazine *Domingo Sonoro*, a perder impacto ao longo da década de 1950.

Diário Sonoro

O *Diário Sonoro* das 13:00 e das 20:00, com indicativo próprio e noticiário mais importante da Emissora Nacional, foi uma marca da estação ao longo de décadas. O seu modelo assentava em dois pontos fulcrais. Por um lado, a maior importância dada a eventos associados ao presidente da República, ao primeiro-ministro Salazar e alguns ministros, por esta ordem, com as suas atividades relatadas no começo do noticiário (Santos, 2017a, pp.91-93). Primeiro, vinham as notícias e, depois, as reportagens feitas na rua por locutores de confiança política. Os acontecimentos surgiam em blocos de notícias breves, sem contextualização e interpretação, à semelhança de notícias das agências de notícias. A sua construção ideológica consistia na notícia enquanto mito (Bird e Dardenne, 2009, p.206): os bons (governantes nacionais) face aos opositoristas e criminosos africanos (terroristas a soldo dos regimes comunistas), a necessidade da ordem e da tranquilidade.

Por outro lado, com o noticiário da Emissora Nacional, pretendia-se resolver o problema de descontinuidade geográfica existente num império colonial espalhado por vários continentes. Para justificar a guerra colonial em África, as notícias davam sentido à hierarquia de funções políticas e à necessidade de preencher a dispersão territorial com quadros familiares e identificáveis. A ideia central era multicultural, multirracial e unidade cultural. O esforço financeiro da Emissora Nacional, no início da década de 1970, adquirir estações nas colónias preenchia esse objetivo.

Além das emissões para as colónias, o *Diário Sonoro* transmitia-se em simultâneo para Rádio Alto Douro, Rádio Ribatejo, Emissores Associados de Lisboa e Clube Asas do Atlântico (Açores). No final de 1969, os Emissores Associados de Lisboa prescindiam dos noticiários da Emissora Nacional, por criarem serviços próprios de informação na redação do *Diário Popular*. O secretário de Estado recomendaria vigilância sobre a matéria noticiosa dessas estações. Em 1972, com a aquisição de Rádio Alto Douro e Rádio Ribatejo por Rádio Clube Português, a cadeia de transmissão da estação oficial reduziu-se. Ainda no final de 1972, a perda de importância noticiosa da Emissora Nacional foi reforçada pela inauguração de um sistema de informação mais moderno e concorrente por parte da Rádio Renascença.

Na produção noticiosa imperava um modelo burocrático: o assistente literário escrevia as notícias à mão, entregava-as ao datilógrafo, seguindo-se a leitura de concordância pelo assistente literário, que as fazia seguir para o chefe de turno e chefe de redação; este respondia perante o diretor de informação, transitando as notícias para a apresentação pelos locutores na cabina, com notícias lidas de modo seco e estilo gongórico, seguindo a solenidade formal do regime. Os locutores que liam as notícias vestiam fato e gravata, como se a rádio usasse imagem visual. A boa dicção favoreceu locutores como Pedro Moutinho, João da Câmara, Fernando Curado Ribeiro, Artur Agostinho e Fernando Correia. Situação diferente era a de Rádio Clube Português: o noticiarista que escrevia era quem lia as notícias. A preparação do *Diário Sonoro* das 13:00 ocupava a tarde da véspera e a manhã do dia de emissão. Cada *Diário Sonoro* recolhia notícias inseridas em telexes da Reuters, France Presse e ANI. As notícias seguiam uma linguagem simples e entendível e censuravam-se temas como greves.

Alguns noticiários eram levados por estafeta da rua do Quelhas para a rua S. Marçal (*Nova Antena*, 29 de agosto de 1969). As notícias na Emissora Nacional seguiam de perto o editado nos jornais *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, onde se colocava a propaganda essencial ao regime. Já no final da década de 1960, tentou limitar-se a intervenção de cada ministro ao máximo de três minutos e entre *Diário Sonoro* e *Nota do Dia* criou-se um separador musical. A *Nota* funcionou ao longo das décadas como comentário lido pelo editor de política da estação. No programa-tipo de 1960, substituiu-se o nome *Nota do Dia* por *Comentário*, com a justificação de não preencher objetivos e se querer uma rubrica atraente e a incluir os assuntos importantes da política interna e externa de Portugal após o noticiário da noite. Para o reformador do programa-tipo, o êxito do *Comentário* dependeria ainda de “pessoas de comprovada idoneidade”. Por norma, as alterações de nome visavam revitalizar uma rubrica ou substituir o responsável. No final da década de 1960, João Patrício reintroduziu a *Nota do Dia*. Mau grado as variações, o modelo de produção noticiosa manteve-se até 1974.

Sobre a apresentação dos noticiários, o conselho de programas da Emissora Nacional procurou refletir sobre se devia manter o modelo ou imprimir “uma forma mais viva e variada, nomeadamente pelo recurso a vários locutores e até locutoras, de modo a tornar mais agradável a sua audição” (17 de novembro de 1959). O tom sóbrio da locução foi evidenciado.

Em 1962, a Emissora Nacional tinha três programas em ondas médias: Nacional Metropolitano, com 18 horas diárias (7:00-1:00), de informação e entretenimento, Segundo Programa, com 13 horas de emissão aos domingos (12:00-01:00) e nove horas de emissão nos dias úteis (12:00-15:00 e 19:00-01:00), dedicado à cultura, e *A Voz do Ocidente Fala-vos de Lisboa*, programa diário (23:00 à 1:00) transmitido em espanhol, francês e inglês, e subordinado diretamente à direção da rádio. No total, a Emissora Nacional transmitia três programas em ondas médias com 33 horas de duração ao domingo e de 29 horas aos dias úteis. A estação emitia ainda em frequência modulada. Os noticiários, no Programa Nacional Metropolitano, com ligação a todos os emissores Regionais, exceto o segundo canal do Emissor Regional do Norte, eram transmitidos às 12:30 e 20:30 e repetidos às 13:00 e 21:00 no Segundo Programa. Um objetivo da estação foi, no começo de 1962, ampliar o serviço de reportagens, estabelecendo horas fixas para as suas transmissões, independentemente do *Jornal Sonoro*, com segunda emissão quando a mesma se justificasse.

Definições de noticiário

Em 1966, um analista considerava os noticiários das 7:05 e 8:00 (*Jornal da Manhã*) compostos de textos curtos e incisivos, simples, de linguagem acessível e “locução fresca” (Luís Fernando Sambado, 22 de setembro de 1966). Do ponto de vista de conteúdo, o mesmo analista concluía que a informação se baseava “em acontecimentos de última hora, rápidas e incisivas”. Outro analista defendia que os noticiários não satisfaziam a função elementar de “atrair e satisfazer camadas ou setores sociais, pela resposta a naturais interrogações e necessidades de ordem social, política, profissional, económica, espiritual” (17 de fevereiro de 1967). Já para António Moreira da Câmara, locutor entrado em 1949, os noticiários correspondiam “a uma necessidade — e a um direito — do público, e porque é esse um instrumento de ação nacional, segundo princípios de orientação doutrinária e política” (8 de fevereiro de 1967). Ele queria saber o que era uma política de informação, para que servia e ao serviço de quê. Outra perspetiva encarava a informação portuguesa como de conceção cristã e com possíveis falhas na falta de informação ampla e total das “províncias do Ultramar” e no insuficiente relevo das sessões da Assembleia Nacional (17 de fevereiro de 1967).

A informação da Emissora Nacional tinha como fonte principal os jornais, fórmula empregue desde o arranque da rádio e a limitar o campo de seleção das notícias. Muitas vezes, chamava-se reportagem ao simples registo sonoro de um facto. Para a crítica, esses breves registos sonoros, em vez de postos no final do *Diário Sonoro* como atualidades, “deveriam fazer parte integrante da notícia, valorizando-a plasticamente, criando atrativos diversificados de *mise en air*” (17 de fevereiro de 1967). O supervisor do relatório de escuta, certamente Adolfo Simões Müller, lembrava entrevistas, mesas redondas, depoimentos individuais,

reportagens diretas ou gravadas do que acontecia, magazines dando a perspectiva do que ia pelo mundo, e crónicas nacionais e internacionais (políticas, sociais, mundanas, desportivas, religiosas, do espetáculo).

Nos anos finais do mandato de Salazar, tudo estagnara, apesar de grandes desafios como novidades informativas diárias, nomeadamente a nível internacional, necessidade de formação dos jornalistas, novos equipamentos de registo e de reportagem radiofónica, concorrência dos noticiários da RTP e de Rádio Clube Português, expansão dos jornais vespertinos e maior importância da propaganda do Estado perante o agravar da guerra colonial. O velho noticiário da Emissora Nacional respeitava a hierarquia política como indicadora da ordem das notícias e o tom majestoso da leitura dos locutores.

Apesar de alterações introduzidas nos noticiários da Emissora Nacional durante os anos de Marcelo Caetano, as contradições na informação mantiveram-se. O diretor de programas João Silva Gonçalves (1968-1970) procurou traçar uma nova conceção de noticiários: informação completa, autêntica, objetiva e sem fontes tendenciosas, com relevo para a política, interesses e ecos da vida portuguesa no estrangeiro, promoção, esclarecimento e difusão da realidade económica (ata de 15 de dezembro de 1969). Isto não passava de uma fantasia de novel dirigente, desconhecedor da prática jornalística dentro da Emissora Nacional. A dimensão política fechada do regime não permitia atingir esses objetivos, o que levou o presidente da direção Clemente Rogeiro (1970-1973), na sua longa experiência de comunicação estatal, a ignorar a necessidade de livro de estilo nos noticiários da rádio. Mas a informação era uma pedra de toque da Emissora Nacional: em documentos guardados das reuniões da direção da Emissora Nacional (1969) e do conselho de planeamento de programas (1968-1971), todos os seus membros dariam opiniões e sugestões sobre os noticiários.

A designação dos noticiários da estação foi tema tratado no começo do mandato de João Silva Gonçalves como diretor de programas. A ideia de Marcelo Caetano mudar os nomes das instituições do tempo de António Salazar, como União Nacional para Ação Nacional Popular e PIDE para DGS, chegara à Emissora Nacional. Na realidade, tratou-se de mudança cosmética, porque se mantiveram o tipo e a estrutura de noticiários. Uma alteração foi suprimir o *Jornal de Atualidades* das 21:00 (final de 1969) e inclui-lo no serviço informativo *Diário Sonoro* (1:00, antes do fecho da emissão) (ata da direção, 14 de julho de 1969). Outra justificação para a extinção do *Jornal de Atualidades* foi o facto de a RTP ter alterado o horário do seu noticiário das 21:30 para as 21:00, coincidente com o da Emissora Nacional (ata da direção, 22 de julho de 1969). O diretor de programas apresentou alternativas: mudar o noticiário para as 21:30, acabar com o *Jornal de Atualidades* e dar maior desenvolvimento ao noticiário das 20:00. Os outros membros da direção não quiseram mudar o horário, porque a RTP podia voltar a mudar nos horários e a obrigar a rádio a nova alteração. A prudência aconselhava esperar pela consolidação da mudança e melhorar o *Jornal de Atualidades*.

O *Jornal de Atualidades* durava cerca de 20 minutos de duração. O de 25 de julho de 1967, por exemplo, tinha um sumário de acontecimentos mais importantes, após o que se seguiu a secção *O Mundo em 24 Horas*, com leitura de notícias de agência e de jornais, perfazendo nove minutos de duração, *O País em Notícia*, com reportagens de acontecimentos oficiais, durando perto de cinco minutos, e uma secção sem nome, com reportagens, ocupando o restante noticiário (Arquivo RTP AHD 22263_04). Nesse dia, a propósito de prémio a nadadores-salvadores e cerimónia religiosa dedicada a viajantes e automobilistas, a Emissora Nacional passou registos magnéticos desses eventos.

No início de janeiro de 1970, mudou-se o nome do Último Jornal da Rádio sucessivamente para Último Jornal, *Jornal da Madrugada* e *Jornal da Noite*, até ficar em *Diário Sonoro*, igual aos noticiários das 13:00 e das 20:00. O jornal das 8:00 manteve o nome de *Jornal da Manhã* e os outros noticiários o nome de boletins informativos. Silva Gonçalves defendeu o modelo do *Diário Sonoro* das 13:00, de dimensão nacional e multiplicação de cadeias nacionais, com base nos emissores regionais e graças à colaboração de estações de Moçambique, Angola e Guiné, na sequência do realizado com relatos desportivos, visitas de Marcelo Caetano e eleições. Em 1971, apresentou-se a inclusão no *Diário Sonoro* das 13:00 de noticiários diretos do Emissor Regional do Arquipélago da Madeira e Emissor Regional dos Açores.

Críticas internas

Quando a Emissora Nacional passou a emitir ininterruptamente (1970), preenchendo o horário de madrugada, criaram-se noticiários de madrugada (3:00, 4:00 e 5:00). Até aí, além do noticiário da 1:00, transmitia-se a primeira edição do *Jornal da Manhã* às 6:00. No conselho de planeamento de programas, advogou-se a ideia de interromper a emissão e fornecer apontamentos quando houvesse notícias de interesse, sem esperar pela hora do noticiário. Daí, nas próximas linhas, seguir comentários dos conselheiros de programas, a indicar pistas de desenvolvimento. Para João Beckert d'Assumpção, “o período das 19:00 às 22:00 poderia considerar-se o tempo ótimo para a informação em concorrência com a televisão, mas mesmo aí se deveria entremear música, da mais moderna, reduzindo por isso a extensão dos noticiários, das correspondências e das reportagens” (ata da direção, 12 de janeiro de 1970).

Maria da Paz Barros dos Santos sugeriu o aproveitamento do período 21:00-21:30, livre com o desaparecimento do *Jornal de Atualidades*, para a emissão de *Críticas de Teatro*, *Cristo é a Resposta*, noticiários curtos e rubricas de música portuguesa para os ouvintes do Brasil. Ela sugeria ainda “um outro [noticiário] à 1:00 da madrugada [antes da emissão contínua iniciada em 1972] e que se deveria procurar outra hora para a transmissão do folhetim visto que o *Diário Sonoro* ir sempre para cima do folhetim” e a possibilidade do noticiário das 13:00 passar do primeiro para o segundo programa e sua transmissão às 12:30 no Programa 1. Tal

proposta denotava a diferença de horários de trabalho entre Lisboa e as cidades e vilas do país. Noutra intervenção, a mesma vogal identificou a existência de dois noticiários próximos com informação sempre igual. A mesma conselheira referiu que, se um noticiário se destinava aos portugueses de África e outro aos portugueses da Europa, os interesses eram distintos. Embora não muito claro nas atas da direção da Emissora Nacional, ela deveria aludir a um noticiário emitido de manhã em ondas curtas em simultâneo com ondas médias.

No período da direção de Clemente Rogeiro, este apelou ao uso da imaginação nos temas para as grandes reportagens (ata da direção, 1 de março de 1971). Pela falta de interesse dos profissionais da Emissora, ele entendia que o desenvolvimento se devia apoiar em reportagens. Os estímulos podiam servir para melhorar a atividade interna.

No começo da década de 1970, a Emissora Nacional ensaiou outros temas noticiosos, desde que não colidissem com questões políticas. Foi o caso da exploração espacial, forte nesse momento, com reportagens do lançamento das naves Apolo 13 e 14 (*Diário Popular*, 8 de abril de 1970 e 31 de janeiro de 1971), elogiadas nas reuniões da direção e do conselho de planeamento de programas. No desporto, passou a incluir-se a transmissão de ralis automobilísticos. A rádio oficial procurou outros modelos de reportagem, devido ao sucesso na rádio comercial. Na discussão interna, houve propostas de critérios seletivos das provas, com relevo para o rali da TAP pela projeção internacional, quem entendesse pouco radiofónica a transmissão de ralis e quem achasse a modalidade como prova de perícia e regularidade. A questão política reaparecia em momentos de organização de encontros de impacto nacional e internacional, como a reunião da NATO em Portugal em fevereiro de 1971, que a rádio acompanhou com programas e diretos.

Um dos assuntos tratados em 1969 foi a separação das editorias nacional e ultramarina (respeitantes às notícias das colónias). O diretor de programas considerava útil a sua integração numa só estrutura mas dois vogais do Conselho de Planeamento de Programas não apoiaram, por existir um tratamento diferenciado de material noticioso em cada território ou destino do noticiário e apontar a necessidade de redatores especializados para estrangeiro, desporto e colónias. Segundo a ata:

É evidente que as circunstâncias não são as de 1961. O Ultramar agora, ao menos na sua conceção, é a «Alma e o Corpo de Portugal» e o denominador comum das preocupações dos portugueses. O relevo das cousas ultramarinas na Emissora Nacional de Radiodifusão começa a ser e deverá ser — no que si dependa — o correspondente a essa conceção e ao plano que ocupa no conjunto dos interesses nacionais. Uma economia que aparece imediatamente como evidente é a que resulta de hoje, já, nos primeiros turnos, se estar, já, em simultâneo a trabalhar a mesma notícia do Chefe do Estado, do Governo, da Assembleia Nacional, etc. Uma demonstração de que é possível fazer-se está a ser feita há meses, no que se refere aos primeiros turnos de Noticiários Metropolitanos e Ultramarinos” (ata da direção, 22 de dezembro de 1969).

Silva Gonçalves entendia a propaganda na informação como centralizada numa só sede. As notícias do governo e do parlamento teriam igual importância em Portugal e nas colónias africanas. Da leitura da ata, tira-se uma segunda ideia, a da defesa do ultramar como a principal causa da existência nacional. O ultramar tornara-se a “Alma e o Corpo de Portugal”, ideias religiosas transpostas para a economia e a sociedade nacional. Era a defesa do noticiário “dos cafres”, como o apelidou uma profissional, informação ainda mais ideológica do que os outros noticiários.

As notícias eram escritas pelos assistentes literários à mão e as datilógrafas passavam à máquina, devolviam aqueles. As notícias seguiam sucessivamente para o chefe de turno, chefe de redação e chefe de informação. A hierarquia ordenava as notícias, levadas à cabina por intermédio de contínuos, incluindo D. Maria, antiga empregada de António Ferro, onde os locutores, com as melhores vozes ou homens de confiança, liam. As notícias, quando lidas, já estavam desatualizadas, pois Rádio Clube Português já dera a notícia dois noticiários antes. As reportagens seguiam em bobinas. Havia folhas verdes para a redação nacional e cor-de-rosa para as notícias do ultramar. Também não se confundiam, porque os da redação do ultramar escreviam muito mal, diziam os seus detratores.

A Voz do Ocidente

Sigo o percurso de dois dirigentes do CPP: João Patrício, diretor de Informação, autor das *Notas do Dia*, e Maria da Paz Barros Santos, responsável pela divisão de Programas para o Estrangeiro e Intercâmbio e do programa *A Voz do Ocidente*. Como programa, as *Notas do Dia*, de três a quatro minutos de duração, tinham um cunho próximo do perfil da audiência nacional, sem grande construção teórica, ao passo que *A Voz do Ocidente*, com palestras acima de vinte minutos de extensão, em francês, inglês, espanhol e alemão, visava alcançar um público internacional sofisticado em leituras nacionalistas e conservadoras e capaz de seguir um longo discurso. *A Voz do Ocidente* não era um programa de grande audiência, mas tinha muito peso na orientação da linha governamental. Pela análise dos dois programas, identifiquei os objetivos do regime político quanto à Emissora Nacional.

Em 1962, destacava-se o programa *A Voz do Ocidente*, com a duração de duas horas diárias. João da Silva Tavares, membro do Conselho de Programas da estação, sentia-se um dos responsáveis pelas alterações ao programa, de acordo com as instruções recebidas do presidente da direção, e após várias reuniões com a direção dos serviços técnicos e chefes das repartições de Informação e Programas Literários e dos Programas Musicais. Também Maria Paz Barros dos Santos foi uma obreira do êxito do programa, como explico a seguir.

As emissões em língua estrangeira haviam começado durante a guerra civil de Espanha e foram ampliadas após os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli passarem da posse portuguesa

para a Índia (1954). Aqui, a emissão de programas fez-se em língua inglesa e em concanim para a comunidade de goeses deslocados para África. No final de 1956, Maria da Paz Barros Santos assumiu a liderança da área, com notícias, comentários políticos e peças radiofónicas (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, pp.18-19). Já em 1961, o serviço internacional ganhou reconhecimento e importância oficial quando Goa e outros territórios se transferiram violentamente para o domínio da Índia. A estação em ondas curtas tomou o nome de Rádio Portugal, após abandono do nome *A Voz do Ocidente*, que não identificava o país emissor.

Em julho de 1961, o conselho de programas da Emissora Nacional propusera um programa diário de duas horas, em ondas curtas e ondas médias, com música portuguesa e comentário político sob responsabilidade da direção da Emissora Nacional. As emissões seriam em inglês, francês, concanim, espanhol, alemão e italiano, estas duas últimas em 1964 (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, p.21). Na emissão em ondas curtas, Portugal assumia-se como a última voz na defesa de valores ocidentais e recuperava o nome *A Voz do Ocidente* enquanto programa específico. A emissão em ondas médias tinha por destino os turistas que visitavam o país.

Em 1966, uma alteração profunda na Emissora Nacional deu maior relevo ao serviço de Programas para o Estrangeiro e Intercâmbio Internacional, com o objetivo de produzir noticiários e programas recreativos e culturais e distribuir gravações por diversas estações (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, pp.23-24). Tal reforçou a reputação interna e externa de Maria da Paz Barros dos Santos. O serviço passara da rua do Quelhas, 21, para a rua de São Marçal em 1957, com cinco estúdios e três unidades de gravação para ondas curtas e acréscimo de horas de emissão. No final da década de 1960, a Emissora Nacional tinha 354 horas semanais em programas de ondas curtas com várias línguas (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, p.27).

Ainda em 1966 e em Pegões (Montijo), era instalado um emissor de ondas médias dedicado ao serviço internacional a emitir para a Europa, vocacionado em especial para o programa *A Voz do Ocidente*. Quatro anos antes, o Conselho de Programas aprovara, com a presença do secretário de Estado e presidente desse conselho César Moreira Baptista, o programa-tipo e incluía *A Voz do Ocidente*, mostrando interesse direto e regozijo do poder político pela sua criação (ata de 19 de fevereiro de 1962). Em julho de 1962, registava “boas referências em vários setores da opinião pública” de *A Voz do Ocidente* (Conselho de Programas, Livro de Atas 1958-1971).

Por falar bem línguas, algo invulgar na altura, Maria da Paz Santos adquiriu vantagens sobre o controlo das emissões em língua inglesa e como representante da rádio oficial nas reuniões internacionais da União Europeia de Radiodifusão, domínios que os outros diretores da estação não tinham. Ela era muito considerada, vista como pessoa com conhecimentos e competências, embora a defender um dado regime político diferente dos outros membros da Europa ocidental. Depois de abril de 1974, insinuou-se ela pertencer à CIA, mas não houve provas.

A Emissora Nacional teria dificuldades de recrutar em Portugal locutores das línguas nativas com qualificações exigidas, assunto resolvido apenas em 1963. Nessa altura, Maria da Paz Barros Santos fez uma viagem de curta duração a Londres e Paris para conhecer estudos de audiência e contactar pessoas habilitadas em análises sobre o terrorismo (Emissora Nacional de Radiodifusão, 1970, p.20). Teria nascido aí a relação com a Aginter Presse, rede francesa de subversão e espionagem de extrema-direita, depois instalada em Lisboa. Apesar da documentação escassa, existiriam laços entre Yves Guérin-Sérac, responsável da Aginter Presse, e Jacques Ploncard d'Assac, escritor político francês que escreveu uma biografia sobre Salazar e colaborou no programa *A Voz do Ocidente*. Pelo que ficou da presença de Jacques d'Assac no programa e dos seus livros (d'Assac, 1956, 1962), pode traçar-se um perfil do programa: defesa da ditadura e do nacionalismo e exaltação do regime político de Salazar como bastião ocidental contra o comunismo. Duas palestras dele, em francês, estão no arquivo sonoro da RTP, sobre democracia e Marx. A apresentação das palestras fala de uma terceira sobre o nacionalismo, não arquivada.

A Voz do Ocidente tinha profissionais fora do quadro da Emissora Nacional, possivelmente ligados à Mocidade Portuguesa, sem constar dos mapas de programas gravados. Além das palestras ao microfone, saiu uma série de fascículos de *A Voz do Ocidente*, com textos de Jacques Ploncard d'Assac, talvez os mesmos que foram emitidos.

Apesar do número diminuto de registos sonoros, chegou até nós um indicador precioso nas atas do Conselho de Programas — o modo como o conselho discutiu e avaliou a correspondência recebida e as críticas ao horário de *A Voz do Ocidente* (23:00-01:00), como a hora tardia de transmissão para os principais países a que a emissão se destinava (França, Alemanha, Inglaterra) e o não alcance do norte de África, “carência importante dada a especial fisionomia política atual dos estados que integram aquela região e a posição correspondente que têm assumido quanto a Portugal” (ata de 21 de fevereiro de 1962), com as emissões de oposição da Rádio Portugal Livre, de Manuel Alegre. *A Voz do Ocidente* terminou apenas com a revolução de abril de 1974 (Arquivo Sonoro RTP AHD5060; *Diário Popular*, 4 de maio de 1974).

A parte internacional da Emissora Nacional era muito importante para a política do regime, para Salazar e para quem presidia ao pelouro. Para atender aos pedidos de programas para as estações das colónias africanas, em meados da década de 1960, o serviço de Maria da Paz Barros dos Santos começou a efetuar cópias magnéticas. As máquinas de alta velocidade adquiridas faziam oito cópias em simultâneo. Sem pessoal suficiente no setor técnico, admitiu-se pessoal feminino. Elder Récio, entrado em 1954 por concurso e trabalhando na rua do Quelhas, 21, foi o chefe da secção técnica que supervisionou tal tarefa. Na sequência, foi iniciado o arquivo histórico, guardado em mais de 300 bobinas, sob a designação AH (Arquivo Histórico).

Notas do Dia

De João Patrício, chefe da Repartição de Informação da Emissora Nacional e autor de livros (editoriais lidos na estação), percebe-se mais facilmente o seu contributo ideológico, colocado na Emissora Nacional como homem de confiança do regime. Ele colaborou em jornais como *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *Ação* e *A Voz*, até chegar ao *Diário da Manhã*, órgão ligado à União Nacional, onde foi diretor-adjunto durante doze anos. Da sua autoria, destaque para a edição de seis volumes sobre a atividade política de Américo Tomás (1960-1965).

Muito envolvido na propaganda do regime, João Patrício escreveu e publicou *Editoriais e Notas do Dia* (1968), num total de 51 notas, com ênfase nas principais figuras políticas internas: Caetano (onze notas), Salazar (seis) e Tomás (três). Já em *Notas do Dia* (1971), 45 das 78 notas têm forte peso político, seguido de 15 sobre visitas (de Marcelo a África, Brasil, Espanha, Açores e em Portugal), oito de relações internacionais (como a visita de secretário de Estado americano e de governantes francês e brasileiro a Portugal) e sete com indicações económicas. As figuras de maior referência nas notas de 1971 seriam Marcelo Caetano (24 vezes), ministros (seis), Américo Tomás (cinco) e Salazar (duas). Atente-se, por exemplo, na nota de 8 de abril de 1969, onde o autor referia a visita prevista de Marcelo Caetano a Guiné, Angola e Moçambique: “o correspondente da agência norte-americana United Press, em Lisboa, escreve em crónica que é um ato de confiança no futuro a viagem que o prof. Marcelo Caetano vai efetuar às províncias portuguesas de África, onde reafirmará a determinação de Portugal de permanecer no Continente Negro” (Patrício, 1971, pp.37-38).

Dedico atenção especial a duas notas do dia, a primeira de empregados da Companhia Caminhos de Ferro de Lisboa em apoio a Salazar. Os trabalhadores dessa empresa, lutando por melhores salários, tinham feito greve de zelo e não cobraram bilhetes aos passageiros (Serejo, 2001, p.68). Na sua nota de 13 de julho de 1968, intitulada “Paz Social”, João Patrício escreveu:

o País, habituado a uma política construtiva de paz e progresso, jamais se tornou espectador impotente e vítima da luta violenta de classes, nas questões suscitadas entre o capital e o trabalho. E a prová-lo, uma vez mais, está a manifestação de respeito e de fidelidade aos princípios corporativos de que foi alvo o Doutor Salazar por parte do pessoal da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (Patrício, 1968, p.16).

A outra nota seria a lida a 13 de abril de 1970. Américo Tomás visitava a Universidade de Coimbra. João Patrício dizia que o presidente da República “esquecia generosamente, como homem de bem, incidentes lamentáveis” (Patrício, 1971, p.89). Em 1969, Alberto Martins, presidente da Associação Académica de Coimbra, pedira autorização para falar durante essa

visita de Tomás. O estudante foi impedido disso, levando os seus colegas a irromperem em protestos, o que provocou o abandono de Tomás do local e a prisão de vários participantes pela polícia política. O regresso de Tomás significava que a situação estava controlada, do mesmo modo que os funcionários dos elétricos e autocarros tinham perdido a sua luta. Patrício, numa linguagem de propaganda, redigia tais notas de apoio ao regime. Os jornais não haviam noticiado estas ocorrências de oposição ao governo, pelo que não chegaram à opinião pública publicada, mas deram conta da posição posterior dos governantes, com gestos aparentemente magnânimos.

A Hora da Saudade

A Emissora Nacional começou a emitir *Meia Hora da Saudade* em 24 de abril de 1937, depois designada *A Hora da Saudade*, com o objetivo de enviar mensagens a portugueses residentes na Madeira, Açores e África colonial portuguesa, no último sábado de cada mês. Era uma iniciativa, através das ondas curtas, de criar um mercado sentimental da saudade. O modelo do programa misturava, assim, informação e propaganda do regime, juntando as ideias de identidade nacional e continuidade geográfica em império espalhado por diversos continentes: os portugueses eram colonos dotados de valores cristãos a espalhar pelo mundo. O conceito de multirracionalidade nascia aqui.

O funcionamento da *Hora da Saudade* foi o da leitura de textos de pessoas que queriam contactar parentes e amigos residentes nas colónias portuguesas, apoiadas por Carlos Queirós, então encarregado dos serviços de Cultura Geral e Emissões para o Ultramar. De emissão mensal passaria a três semanais. Em 1938, as emissões estender-se-iam para Brasil e América do Norte. Os pescadores de bacalhau seriam também contemplados, com programas a partir de Lisboa mas também dos centros piscatórios de Viana do Castelo, Afurada, Figueira da Foz, Peniche e Fuseta, onde os técnicos se deslocavam para gravar as mensagens. Dois locutores ligados ao programa foram Raul Feio e Etelvina Lopes de Almeida. Para esta,

“não imagina o que é uma pessoa passar-lhe pelas mãos, pelos olhos, pelo coração, pela nossa sensibilidade, as mensagens que vinham ser lidas pelas mães, pelas noivas, pelas mulheres daqueles que estavam longe. [...] Nós sentimos que aquela varina que vinha ler a mensagem que só podia ter xis palavras e não podia ter mais e que aquela chegava à segunda palavra e não apresentava mais e chorava e era a locutora de serviço que tinha de completar a mensagem. De cada vez que eu tinha de completar uma mensagem, eu era a mãe de um homem distante ou era a mulher de um homem distante ou a filha” (Arquivo da RTP AHD 11922).

No Natal, havia uma emissão especial, incluindo para os navios em viagem para África (*Rádio Nacional*, 31 de dezembro de 1955). Em 1952, quando o programa se dirigiu igualmente para o Oriente, estimavam-se quase 160 mil mensagens enviadas. Para dar conta do impacto dos programas radiodifundidos pela Emissora Nacional, um ouvinte de *A Hora da Saudade* mudara o horário de trabalho para escutar ainda o programa diário dirigido para Guiné, Cabo Verde e Brasil (22:00-00:00).

3. Rádio Clube Português e Rádio Renascença

O modo orgânico implicou a criação de estruturas noticiosas. A sua organização tardia (1961 em Rádio Clube Português, 1972 em Rádio Renascença) tem várias razões, a primeira das quais a viabilidade económica. A colocação de publicidade precisamente antes e depois do noticiário garantiu a sua exequibilidade nas duas estações.

A meio da década de 1930, em Rádio Clube Português, já com muito impacto político e cultural na rádio em Portugal, nasciam rubricas como informações da bolsa, economia, finanças, marítimas e coloniais. No início da década de 1950, Rádio Clube Português tinha três noticiários de cerca de 10 minutos cada um (12:30, 20:30 e 23:45). O noticiário, ainda sem serviço próprio, consistia na leitura de recortes da imprensa diária. Por iniciativa dos produtores de Rádio Clube Português, alguns programas inseriam informação. A APA (Agência Publicidade Artística), de grande importância na década de 1950, com estúdio na Rua Nova da Trindade, possuía uma secção de publicidade gráfica para anúncios para jornais e organizava espetáculos de auditório ao vivo no Éden Teatro, gravados e transmitidos pela rádio. Os locutores Artur Agostinho e Pedro Moutinho apresentavam o programa, com cançonetistas, concursos e diálogos cómicos com Zequinha (Vasco Santana) e Lelé (Elvira Velez). Após mudança de legislação, a proibir os espetáculos ao vivo por se considerar que roubavam espectadores de teatro, a APA passou a emitir apenas o programa de rádio com informação. O noticiário *Jornal da APA*, às 20:00, com conteúdos do *Jornal de Notícias* e da agência noticiosa ANI, chegava à Parede através de telefone.

A criação de serviço próprio de noticiários em Rádio Clube Português coincidiu com a mudança dos estúdios da rádio da Parede para Lisboa (rua Sampaio e Pina), em 1961. A necessidade de noticiário curto nasceu no programa *Meia-Noite* e foi chamado “bossa nova”, em homenagem ao ritmo musical da moda. A direção da rádio decidiu alterar o modelo de noticiários por razões comerciais mas não ideológicas. Com o novo figurino de noticiário a emitir de Lisboa, a presença da agência APA desapareceu, embora se mantivessem relações. Nomeado chefe de serviço de noticiários em janeiro de 1961 (*Antena*, 1 de julho de 1966), Luís Filipe Costa propôs serviços de três minutos e de hora a hora. Ele, que abandonara a universidade e se estreara no teatro radiofónico da Emissora Nacional em 1954, integrou a

equipa radiofónica da agência de publicidade APA como repórter de rua, no ano seguinte, assumindo a direção da programação da agência em 1959. Em maio de 1960, entrou no quadro de locutores de Rádio Clube Português (Serejo, 2001, p.71). Em 1959, Rádio Clube Português fazia um Regulamento Geral de Radiodifusão, em que o artigo 4 se referia à informação:

Os noticiários devem restringir-se à narração precisa e desapaixonada dos factos. As notícias devem ser escolhidas com critério e bom senso e evitar quaisquer detalhes mórbidos, sensacionais ou alarmantes que não sejam essenciais à sua descrição. Os comentários e análises a factos devem «ser justos e imparciais e a sua apresentação distinta das respetivas notícias (*Jornal Feminino*, 15 de julho de 1959).

Lentamente, desapareceria o estilo pomposo e rebuscado do locutor, embora atendendo à entoação, tornando-o próximo do ouvinte. À época, o presidente da República era chamado Sua Excelência o Senhor Almirante Américo Tomás. Em Rádio Clube Português, houve uma negociação de mais de quatro anos com a censura para abolir tais designações. A rádio simplificaria o tratamento dado a essas figuras políticas, acabando a referência a sua Excelência o Presidente da República, ficando Presidente da República até se reduzir a apenas Américo Tomás. Outra inovação foi a leitura das peças jornalísticas pelo noticiário que a escreveu, em estilo conciso e rápido, com linguagem direta. Cada notícia seguia a linguagem da publicidade, tirando artigos definidos e verbos. A informação baseava-se quase totalmente em telexes recebidos da Reuters, France Presse e ANI, a que se acrescentava um terminal ligado ao Palácio Foz, com notícias oficiais, e notícias avulsas da Lusitânia. Na redação, gravavam-se emissões de estações internacionais, a cargo de Manuel Bravo. O serviço de noticiários da estação ganharia o prémio internacional *Ondas*, recebido em Barcelona, em 1966. Pelo seu trabalho pessoal, Luís Filipe Costa venceu o Prémio da Casa da Imprensa de 1967.

Um dos noticiários mais alargado, na transição da década de 1950 para a de 1960, era às 20:00 (quinze minutos). A televisão ainda não começara a fazer muita concorrência, em especial no horário noturno. Na Emissora Nacional, havia jornais às horas de almoço e de jantar, com cinquenta minutos e cerca de doze notícias, em cuja hierarquia de notícias o chefe de Estado e o presidente do Conselho apareciam em primeiro lugar, a que se seguiam ministros e outros notáveis políticos e empresariais. Em Rádio Clube Português, o noticiário nacional das 20:00 tinha o comentário “Uma Palavra Mais”, assinado por Jaime Silva Pinto. O noticiário mais importante era o da 1:00, feito por Luís Filipe Costa e jornalistas seniores, com síntese do nacional e do internacional. Neste noticiário, havia, por vezes, trocadilhos, metáforas e mensagens quase criptadas, com uso de títulos de peças teatrais, filmes e livros. O assalto da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) à filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz, a 17 de março de 1967, foi notícia cortada no primeiro dia e suspensa no segundo dia, mas, no serviço meteorológico, o locutor diria: “O dia de amanhã vai estar cinzento, feio, vai

chover, vento forte, mas felizmente há luar”. Talvez o ouvinte fizesse a ligação política entre o movimento armado LUAR e o assalto feito.

Os noticiários marcaram a estação comercial, passando informações como o assalto ao paquete Santa Maria (janeiro de 1961), a queda de Goa e outros territórios até aí considerados colónias portuguesas na Índia (dezembro de 1961), o assassinato do presidente americano John Kennedy (1963), as inundações de Lisboa (novembro de 1967), a renúncia de Johnson à candidatura da presidência americana e a suspensão dos bombardeamentos no Vietname (1968). Muitas das notícias davam-se em primeira mão pela estação, porque a rádio é um meio de comunicação mais leve que televisão e imprensa, e sobre acontecimentos internacionais, pela dificuldade em dar notícias sobre Portugal, O país vivia em regime de ditadura e com uma sangrenta guerra colonial. A partir de 1969, o noticiário das 4:00 incorporaria notícias a partir da redação do jornal *O Século*. No Porto, existia um noticiário regional autónomo às 12:00 e um resumo de notícias do norte nos noticiários das 13:00 e das 20:00. O noticiário das 20:00 tinha uma nota de abertura, duas vezes por semana a partir do Porto, assinado alternadamente por Rui de Melo e Humberto Branco. No final de 1956, no Porto, apareceu uma *Agenda de Rádio Clube Português*, que terminava com indicação das farmácias de serviço e tabela das marés, informação meteorológica e sismológica para oito dias. A estação alteraria o título para *Boletim Informativo*. Quando a sede portuense arrancou na rua de Ceuta (1957), João Pinto Garcia foi o responsável dos noticiários da estação. No final de 1959, o boletim trazia um resumo de notícias internacionais.

Em Rádio Clube Português, cada profissional fazia um horário de seis horas. Havia períodos em que coincidia com outro noticiário, colaborando e possibilitando mais meios para gravar telefonemas e juntar mais fontes. No começo de 1969, havia nove noticiários da estação: Luís Filipe Costa, Paulo Fernando, Manuel Bravo, Firmino Antunes, João Paulo Guerra, Carlos Manuel, Fernando Quinas, Jorge Moreira e Duarte Ferreira. Alguns deles tinham cursos superiores inacabados e passagem pela Rádio Universidade. Ao longo dos anos, juntaram-se profissionais como Cândido Mota, Jorge Dias, Joaquim Furtado, Adelino Gomes e Júlio Isidro. Este último entraria para os noticiários a ganhar 25 escudos à hora. No período em que Adelino Gomes esteve nos noticiários (1967-1968), fez o horário 1:00-8:00, com noticiários às 3:00, 5:00, 6:00 e 7:00. O jornalista fez a cobertura da Exposição Universal de Montreal (1967) e da Exposição Universal de Osaka (1970), em iniciativas do produtor Joel Nelson Mendonça Vaz (Espaço 3P). Em Osaka, Adelino Gomes foi um dos 300 jornalistas de todo o mundo apoiados pela rádio NHK. A sua transmissão em direto para a rádio inaugurou a ligação telefónica entre Japão e Portugal.

Rádio Clube Português alugaria um helicóptero, a que se seguiu a compra de um avião de quatro lugares e autonomia de sete horas de voo, pensado para retransmissor de apoio a reportagens em direto de eventos com grande mobilidade, como a volta a Portugal em bicicleta e provas de automobilismo, ganhando às rádios concorrentes em atualidade e precisão

na informação. A tripulação era composta por dois operadores de som da estação, que possuíam brevê. O avião serviu ainda para deslocações particulares da família Botelho Moniz.

Na transição para a década de 1960, nasceu *Repórter Mabor*, noticiário síntese (14:00-14:05) parecido com o noticiário brasileiro *Repórter Esso*. Estes noticiários no Brasil e em Portugal tiveram apoio comercial de grandes empresas (petróleos, pneus). *Repórter Esso*, transmitido à hora certa, com frase de abertura, modo de narrar os factos, ilusão da chegada naquele momento dos telegramas, percepção de notícia exata e estética da notícia (compacta, rápida, dinâmica), foi um tipo de noticiário que atingiu muito sucesso no Brasil (Klöckner, 2008, p.161). Cada noticiário, com frases em ordem direta e curtas, de técnica de produção e redação determinada pela agência de notícias que o fazia (Zuculoto, 2012, p.89), atingia 70 linhas ou duas páginas de texto lido. Em Portugal, a primeira designação de locutor fora *speaker* (*TSF em Portugal*, 15 de março de 1925). No caso português, como no brasileiro, a informação integrou o espaço nobre da emissão das estações e, no horário antes e a seguir aos noticiários, os anúncios comerciais emitidos tornaram-se mais disputados e caros.

A concorrência com as outras estações sentia-se, por exemplo, nos diretos. Os jornalistas recorriam às novas tecnologias da época (telefone, telex, gravador de fita magnética). O uso de pequenos gravadores portáteis Philips levou a prescindir do apoio de técnicos de som. Começou a implantar-se o modelo da rádio francesa, com diretos a partir de cabinas telefónicas. Durante a doença de António Salazar, todos os dias havia conferências de imprensa no hospital da Cruz Vermelha. No primeiro dia, com a ajuda da telefonista a arranjar uma linha direta para a rádio, António Miguel, de Rádio Clube Português, venceu a concorrência da Emissora Nacional. Depois, dado a estação estar a fazer experiências com um carro de som, ao ser recebido o boletim clínico de Salazar, o repórter correu para a viatura e pôs logo a informação no ar.

Dezanove.00

Em Rádio Renascença, o serviço próprio de noticiário iniciou-se a 23 de outubro de 1972, de hora a hora (7:00-2:00), com destaque para três serviços mais desenvolvidos: 12:45, 19:00 (*Dezanove.00*) e meia-noite. Por reconhecer a importância dos noticiários de Rádio Clube Português, Paulo Azevedo, responsável da programação de Rádio Renascença, convidou Carlos Cruz para avançar com uma estrutura (Cruz, 2016). O mesmo diretor da rádio pedira anteriormente uma proposta a Adelino Gomes mas o comentário deste feito sobre os Jogos Olímpicos em setembro de 1972 levou-o ao despedimento e fez gorar o objetivo. O noticiário das 19:00, de meia hora de duração, dedicava sete ou oito minutos iniciais a uma síntese de informação nacional e internacional, cinco minutos de revista da imprensa (leitura de jornais *Diário de Lisboa*, *República*, *Diário Popular* e *Capital* e agências France Presse, Reuters e ANI) e dez a doze minutos com reportagens ou entrevistas.

A estação passou a incluir notícias oriundas das redes internacionais Cadena Ser, rádio pública francesa, Deutsche Welle, BBC — secção portuguesa e Voz da América. Os telexes tinham sido instalados em junho de 1972 (ata de reunião da gerência de Rádio Renascença, 26 de setembro de 1972). Além da criação da rede de correspondentes nos distritos do país, com informação regional e local, os noticiários divulgavam ainda informação cultural, com sugestões de filmes e livros. Ao lado de Carlos Cruz, já estrela de rádio e de televisão, João Alferes Gonçalves e José Manuel Nunes assumiram funções de adjuntos. Da redação faziam ainda parte Rui Pedro, Pedro Castelo e Júlio Corte Real, este a trabalhar nos Restauradores com os telexes libertados pelo SNI (Comissão de Censura), Viriato Dias e António Santos (Cruz, 2016, p.222). Pouco tempo depois, Carlos Cruz saiu e a gerência da estação convidou o primeiro adjunto para o substituir. Alferes Gonçalves procurou organizar uma informação ainda mais isenta e objetiva, mas a estação estava comprometida com a cobertura de atividades governamentais e a obrigatoriedade de fazer apontamentos para os noticiários (ata de reunião da gerência de Rádio Renascença, 26 de setembro de 1972).

A Rádio Renascença pretendia combater o modelo noticioso de Rádio Clube Português e fazer “chegar aos ouvintes, para além da frieza da notícia, o comentário na hora certa e a presença viva dos acontecimentos através da reportagem” (*Diário Popular*, 21 de outubro de 1972). Se a informação de Rádio Clube Português estava condicionada aos horários dos programas de produtores independentes (54 minutos por hora radiofónica, mais seis minutos para noticiários e publicidade), a Rádio Renascença tinha três programas da própria estação (*Enquanto For Bom Dia, Radiorama, 23ª Hora*), o que permitia irradiar quando a notícia fosse importante.

Por vezes, os serviços de noticiários de Rádio Renascença entraram em colisão com a censura ao abordar temas como greves e problemas sociais ou sindicais. Se se cobriram a greve da fábrica de papel da Amieira, a declaração da independência da Guiné-Bissau e o golpe no Chile (setembro de 1973), não se divulgou a morte de Amílcar Cabral (informação veiculada pela Reuters e France Presse). As reportagens em direto no noticiário *Dezanove.00* não passavam pela censura, mas eram criticadas depois. Após a suspensão dos programas *Página 1* e *Tempo Zip* (setembro de 1972), a estação tomou precauções e a sua gerência implantaria um conjunto de normas, em que todos os

acontecimentos de importância na vida nacional do nosso País, quer organizados pelos governantes, quer por pessoas que o façam ao serviço do ensino, do desporto, da investigação científica, do turismo, etc., desde que haja neles o maior respeito pela moral e doutrina cristã, pela Igreja e seus representantes e não tenham carácter exclusivamente político partidário, devem ter a devida cobertura pela Rádio Renascença (reunião da gerência de Rádio Renascença, 27 de dezembro de 1972).

Além disso, a secção de noticiários devia organizar “uma agenda onde sejam anotados, com a máxima antecedência possível, os acontecimentos a que a Rádio Renascença deve estar

presente”. Uma nota complementar indicava que comunicados e determinações do governo e das autoridades constituídas não podiam ser comentadas ou interpretadas em sentido diferente ao do que lhe deu o autor nem podiam ser alvo de crítica destrutiva ou de ataque ao instituído.

4. Censura e SNI

A permanente censura obrigava a grande subtileza de autores, locutores e noticiaristas para deixarem passar as suas mensagens. Com frequência, exerciam autocensura. Outras vezes inovavam muito lentamente, com subtileza, em especial se referentes a aspetos da cultura do Estado Novo, como a respeitabilidade e reverência pelas figuras públicas. Um dos presidentes da estação, Clemente Rogeiro, questionaria o processo de redação dos noticiários e sua leitura, referindo-se à pronúncia de alguns locutores e falta de ritmo, e comparou os noticiários da Emissora Nacional com os da RTP, faltando estrutura aos primeiros. Ele propôs a criação de comissão para estudar o tema “com plenos poderes”, ouvindo noticiários gravados previamente. Não bastava o controlo do que se escrevia mas também o modo como se dizia. A censura interna de Rádio Clube Português era executada pelo diretor da Fiscalização, Moita de Deus, além do fiscal externo do governo. Os noticiaristas combinavam a maneira de dizer.

Uma das maiores marcas da censura na rádio aconteceu com a candidatura de Humberto Delgado à presidência da República em 1958. A estação abriu emissões radiofónicas aos três candidatos (Américo Tomás, Humberto Delgado e Arlindo Vicente), através do emissor de Miramar (*Jornal de Notícias* 13 de maio de 1958), como exemplo de tolerância e respeito pelas opiniões alheias. Os serviços de candidatura de Delgado fariam publicar no emissor de Miramar algumas palavras que os dirigentes da rádio não gostaram:

O acusatório de todos os governos tirânicos que o génio do mal tem gerado através da história humana é sempre negativo. [...] O cabralismo, João Franco, Pimenta de Castro, Sidónio, eis outras tantas manchas de treva ou sangue. [...] A História o dirá, mais calmamente do que nós, decerto, mas os sofrimentos do povo têm o direito de gritar bem alto o seu desespero, mesmo que isso incomode os tímpanos melindrosos da União Nacional ou do próprio Sr. Dr. Oliveira Salazar (*Jornal de Notícias*, 18 de maio de 1958).

No mesmo texto, a candidatura de Humberto Delgado afirmava que seria culpabilizado quem tivesse responsabilidades nesses sofrimentos, enquanto a censura não calasse a sua boca, a porta-voz do povo. A direção de Rádio Clube Português discordou do excesso de generosidade dos serviços de censura por permitirem a publicação do documento e manifestou repulsa. Jorge Botelho Moniz, o presidente da direção da estação, informaria que a candidatura de Delgado não teria mais acesso à estação.

Antes, no final de 1948, Salazar concedera permissão para publicidade às pequenas estações de Lisboa e Porto e, em troca, as estações anulariam a emissão de programas acordados com a candidatura oposicionista de Norton de Matos. Esta foi a primeira derrota de um candidato através dos meios eletrônicos, por silenciamento das suas propostas. Depois, nas eleições de 1951, Quintão Meireles desistiria da candidatura à presidência da República após inúmeras dificuldades como a proibição aos microfones da Emissora Nacional (*Diário de Lisboa*, 20 de julho de 1951), e, nas eleições de 1953, Rádio Clube Português abriu os microfones à oposição mas logo os fechou (*Jornal de Notícias*, 24 de outubro de 1953), situação a repetir nas eleições presidenciais de 1958.

Caso Página 1

O momento de maior emoção vivido no programa *Página 1* foi a sua suspensão em 6 de setembro de 1972, devido a comentário produzido por Adelino Gomes no dia anterior, quando um comando palestino assaltou a aldeia olímpica de Munique e matou atletas israelitas. Adelino Gomes, em apontamento, mostrou a estupefação do mundo e enquadrou o problema, a evidenciar os direitos dos povos, a violência sobre os palestinos e as resoluções tomadas nas Nações Unidas. O jornalista comentaria ainda o telex em que o presidente dos Estados Unidos, que considerava uma ignomínia o assalto à aldeia olímpica de Munique, autorizara aviões B52 a bombardear aldeias, diques e hospitais do Vietname do norte. Diria o jornalista:

a invasão da aldeia olímpica por comandos palestinos é um episódio, uma batalha da guerra do Médio Oriente. Uma das muitas batalhas de uma guerra que começou em 1948 com a expulsão pelos judeus dos palestinos árabes do território em que viviam. A proclamação do Estado de Israel nesse ano (1948) provocou o êxodo de 400 mil palestinos que se instalaram em países árabes; posteriormente, outros 350 mil viram-se obrigados a abandonar as suas casas e as suas terras da Palestina — já chamada Israel. [...] Mas o terrorismo não é património de nenhuma das duas partes. Foram precisamente os judeus quem nos anos 40 fundaram o Irgun Zvai Leumi e o Stern, organismos terroristas que assassinaram o príncipe sueco Folke Bernadotte, enviado especial das NU, que tentava em 1949 evitar a luta armada.

O texto de Adelino Gomes era o terceiro destaque dado aos acontecimentos de Munique na edição de 5 de setembro de 1972 do programa *Página 1*. O primeiro, emitido às 20:00, transcrevia um artigo da revista espanhola *Triunfo*, contando os atos políticos presentes em anteriores edições dos Jogos Olímpicos. O segundo destaque, emitido às 20:30, foi constituído por telefonema da BBC, com leitura dos serviços de agências internacionais e correspondentes da estação inglesa em Munique, Jerusalém e Beirute. O texto do jornalista acima

descrito foi emitido às 20:40 e repetido em *Tempo Zip*, programa de João Paulo Guerra.

Paulo Azevedo, então diretor de publicidade e de programas e responsável pela censura interna, pedira previamente a Adelino Gomes o texto sobre o assunto. Às 17:45, o responsável da estação saiu para uma reunião mas venceu a necessidade de conhecer o texto antes da emissão. O jornalista não o fez, desafiando a censura. Pedro Feytor Pinto, diretor dos serviços de informação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, mandou suspender os dois programas. Uma carta da rádio enviada ao programa *Página 1*, a 6 de setembro de 1972 e assinada por Maria Helena Lopes da Silva em nome da direção de Rádio Renascença, criticaria o “abuso de terem transmitido textos sem censura prévia e por terem tomado posição contrária ao espírito de justiça e caridade” da estação. A condição de reabertura seria a saída de Adelino Gomes e João Paulo Guerra das equipas dos programas. Os jornalistas suspensos pediram para ser recebidos na secretaria de Estado. Adelino Gomes defendeu o texto como equilibrado, ao que o responsável da SEIT Geraldês Cardoso respondeu: “você está a falar de Portugal, está a falar da guerra. E nós não podemos aceitar isso”.

Após setembro de 1972, o programa *Página 1* desmembrou-se em termos dos seus responsáveis. Homero Cardoso, diretor de publicidade da revista *Flama* e produtor do programa *Página 1*, foi preso durante a vigília da capela do Rato, a 31 de dezembro de 1972. Em cada edição, o programa fazia três segundos de silêncio, passava a canção de José Afonso *Por Detrás Daquela Janela* e fundia a música com o indicativo do programa, a chamar a atenção para o colega preso. Após a saída de Adelino Gomes, que foi trabalhar para a rádio alemã Deutsche Welle (janeiro de 1973), também José Manuel Nunes deixou o programa (setembro de 1973), com ameaças físicas e psicológicas sobre ele.

O Estado exigiu a nomeação urgente de fiscal do governo para controlo mais eficaz e a estação criou medidas de reforço da censura interna. A 27 de dezembro de 1972, a rádio publicava um regulamento de noticiários, com a direção a atribuir responsabilidade da censura interna ao chefe dos serviços comerciais e ao regente de estúdio, função que eles procuraram libertar-se rapidamente. Segundo as normas aprovadas, os noticiários deviam ser claros e breves, sem repetições a denunciarem intenções subjacentes, a seleção das notícias não podia subordinar-se a critérios pessoais, posição política ou ideológica dos indivíduos e com respeito pela disciplina da Igreja. Rapidamente se verificou que as normas matariam a escrita noticiosa. A direção da estação diria isso em carta enviada a Feytor Pinto (13 de fevereiro de 1973):

desde novembro último, após a irradiação imposta a Adelino Gomes, [o programa *Página 1*] não tem sido mais do que um simples programa de esmerada seleção musical. Pela supressão da dinâmica informativa nos seus programas, a imprensa portuguesa não se coíbe de afirmar, com insistência, que a Rádio Renascença tem decaído notória e lamentavelmente.

Mas existia ambiguidade na análise, como o demonstrariam os acontecimentos de 28 de fevereiro de 1973. Em carta, Carlos Cruz apresentou a demissão “das funções de responsável pelos Serviços de Noticiários” de Rádio Renascença, cerca de meio ano após ter tomado posse. O locutor escreveria que “existe na verdade uma diferença bastante acentuada de pontos de vista em relação à forma de elaborar e transmitir as notícias a que se tem acesso e que deu origem a várias notas emanadas dessa ex^a gerência”. No mesmo dia, monsenhor Sezinando Rosa, presidente da estação, alertava que o noticiário das 19:00 mostrava “motivações tendenciosas, o que não corresponde às diretrizes de isenção previamente estabelecidas em regulamento próprio”. Por isso, a partir do dia seguinte, o noticiário seria sujeito a censura interna.

Com carta datada de 4 de janeiro de 1974 e dirigida a Geraldos Cardoso, diretor geral da informação da SEIT, monsenhor Sezinando Rosa apresentava razões contra a instalação física de fiscal do governo. Como estação confessional e católica, o censor deveria ter “formação política e ideológica em consonância” com a Rádio Renascença e não sugerir ou impor “diretrizes alheias ou contrárias à missão e normas de conduta específicas”. Por temer atrasos nas decisões do censor, Sezinando Rosa não queria que a intervenção do fiscal atrasasse os noticiários. Na carta abordou igualmente os encargos financeiros e a falta de espaço para a instalação do gabinete do censor do governo. Embora se sujeitasse ao censor externo, propunha um perfil respeitável para a sua doutrina.

Antes, a 27 de junho de 1973, o censor interno escrevia uma carta à direção da estação: “Até à entrada do programa *Limite*, o trabalho [de censor] não era demasiado, embora me obrigassem, muitas vezes, a ir jantar bastante tarde e a vir aos estúdios durante a noite”. Mas, o trabalho avolumou-se e ele não podia atender à censura e aos outros serviços à sua conta, pelo que pedia para sair da função, embora se mantivesse como se comprovou na sua reação a entrevista de Rui Pedro (*Cinéfilo*, 9 de março de 1974). Nesta, Rui Pedro não acreditava na ideia de trabalho profundo nos noticiários da estação mas mostrava muito empenho em fazer notícias e ler comentários. Por isso, o diretor propôs o seu despedimento (carta de 14 de março de 1974).

Na mesma altura, evidenciando a ampliação da luta política nacional na fase final do Estado Novo, a Casa da Imprensa atribuiria, em março de 1974, um prémio na área da rádio a Adelino Gomes pelo seu trabalho no programa *Página 1*. Na festa dos prémios, no Coliseu dos Recreios, cantariam José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, Manuel Freire e Fausto Bordalo da Silva (*Diário Popular*, 30 de março de 1974). Chamado ao palco, Adelino Gomes confessaria: “tive o prémio do melhor locutor da rádio, mas fui despedido por ter dito algumas coisas e por pretender dizer muitas coisas que vocês deviam saber” (registo magnético). Segundo o relatório da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, assinado pelo capitão Américo Maltez, a sala estava superlotada, predominando a juventude e elementos da CDE (oposição comunista). Adelino Gomes mostrar-se-ia também muito sensibilizado pelo telegrama do seu colega João Paulo Guerra, despedido igualmente a 6 de setembro de 1972.

Durante um minuto, a assistência gritou: “fascistas, fascistas”. O júri de atribuição dos prémios da rádio, constituído por Miguel Serrano (*A República e Comércio do Porto*), Tito Lívio (*O Mundo da Canção*), José Jorge Letria (*A República*) e Mário Contumélias (*Musicalíssimo*), avaliara Adelino Gomes por assumir “convictamente todos os riscos e deveres inerentes à profissão” (*Diário Popular*, 13 de dezembro de 1973) e lamentava o seu prolongado afastamento.

SNI

A partir da década de 1940, o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional), mudado para SNI (Secretariado Nacional de Informação), elaborou noticiários diários para as pequenas estações locais (Emissores Associados de Lisboa e Emissores do Norte Reunidos). A forma mais prática era a revista de imprensa diária, com leitura de notícias saídas nos jornais (informação nacional e internacional) e síntese de artigos de opinião, a emitir às 18:45 e com 15 minutos de duração.

Ao mesmo tempo, o SNI abria concursos para locutor, “no intuito de estimular as reais vocações radiofónicas” (*Rádio Nacional*, 26 de fevereiro de 1949). Os locutores aprovados trabalhavam nas estações acima indicadas (apenas em Lisboa) em programas especiais do SNI e remunerados por este. A meio da década de 1950 o valor mensal era de 500 escudos. As provas de admissão incluíam leituras de português, francês e inglês, leitura de um programa radiofónico, interpretação de um diálogo radiofónico, recitação de uma poesia, pequena reportagem de improviso e redação de uma notícia (*Rádio Nacional*, 26 de fevereiro de 1949). Em maio de 1954, por exemplo, o SNI tivera 200 concorrentes inscritos no concurso de locutores. O júri era constituído por Folgado da Silveira (SNI), Ester de Lemos (Emissora Nacional) e Jaime da Silva Pinto (Rádio Clube Português). Os aprovados ficavam um ano como locutores efetivos. Muitos dos candidatos do SNI ficaram ligados à rádio, casos de Armando Marques Ferreira, António Miguel, Aurélio Carlos Moreira, Eládio Clímaco, Fernando Correia, Manuela Reis, Maria Carlota Álvares Guerra, Maria Dinorah, Maria José Baião, Maria Júlia Guerra e Natália Bispo.

O percurso do radialista Alfredo Pimentel Ferreira esclarece a relação operacional e política do SNI. Em 1943, ele era locutor estagiário da Emissora Nacional no Porto e na secção de Rádio do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) na mesma cidade. O SPN garantia-lhe duas palestras ou episódios por semana, enviadas às estações por intermédio do fiscal do governo, com a locução a corresponder a 200\$00 mensais e com a possibilidade de aumentar trabalho e vencimento. Alfredo Pimentel aceitaria “as condições que oferecem para o cargo de locutor (e quaisquer outros cargos que julguem necessários) dos programas radiofónicos desse organismo no Porto” (5 de julho de 1943, Arquivo SNI, Caixa 1395) e enviava uma proposta de textos, a partir da imprensa local, para a elaboração de noticiários a ler nas estações

locais por ele e por Pedro de Vasconcelos. De Natália Bispo, funcionária do SNI, depois a trabalhar em rádios de Angola, também se conhece a ligação operacional à informação. Através do SNI, ela leu a *Revista da Semana* e os noticiários para as estações locais ou minhocas.

No arquivo do SNI, existem muitas cartas e comentários das nem sempre boas relações entre as estações minhocas e o SNI, nomeadamente a nível da publicidade e de autorização de programas.

5. Crónica, reportagem e diálogo

A crónica foi dos géneros mais usados, pela leveza e engenho com que cada autor pôs nos seus trabalhos. Muitas crónicas integravam-se em programas das rádios comerciais. Escritores, jornalistas e até locutores entrariam na rádio muito à conta da crónica. Como exemplos para aqui, escolhi Maria Carlota Álvares da Guerra, António Alves Redol e Olavo d'Eça Leal, este como autor de diálogos. Nesta secção, analiso igualmente a reportagem, com sucessos e impedimentos, e apresento dois casos: funeral de Oliveira Salazar e viagens de Marcelo Caetano.

Maria Carlota Álvares da Guerra (1921-2002) ficou muito conhecida como chefe de redação de *Crónica Feminina*, da Agência Portuguesa de Revistas, cargo que ocupou a partir de 1956. A revista não era sufragista ou feminista, mas, ao preço baixo de escudo e meio, pôs as mulheres das classes populares a ler (Guerra, 2009), dentro de uma posição política conciliadora se a compararmos com os modelos de publicações produzidas então em sociedades abertas (Bebiano, 2003, p.91). Ela foi igualmente tradutora de obras como as de Francesco Alberoni e desenvolveu uma carreira como repórter e cronista, ao iniciar o programa semanal *A Hora da Mulher* com Joaquim Pedro, na Rádio Renascença. Bertha Rosa Limpo, autora de *O Livro do Pantagrue* e ligada a produtos de beleza, convidou-a a fazer outra crónica, agora no programa *23ª Hora*. A jornalista

dirigia em cada noite uma crónica a uma mulher que eu tinha na cabeça, a uma senhora que estava em casa porque tinha torcido um pé e estava muito aborrecida porque não sabia o que havia de fazer à vida e eu falava com ela, uma senhora que tinha um filho em África onde andava aos tiros e que andava muito triste, como também estive em dada altura, uma senhora que não tinha emprego (Arquivo RTP AHC 2658).

O indicativo musical no programa radiofónico era uma peça de Mantovani. O título das crónicas e do livro onde as registou, *Quando os Corações se Encontram* (1965), foi dedicado ao filho, então soldado na guerra colonial em África. Ela começava cada pequeno programa de rádio (cerca de três páginas de texto) dirigindo-se a uma amiga: amiga avó, amiga que se

diz descrente, querida ouvinte, minha amiga, minha engripada amiga, ouvintes da 23^a Hora, minha querida ouvinte, minha linda e apoquentada amiga, amiga alcachofra. Por vezes, concretizava as amigas: Maria João Avillez, mãe, Zi, Armando Marques Ferreira, Maria do Céu Guerra, Bertha Rosa Limpo e Maria Cândida Mendonça. A jornalista renovaria o contrato com Bertha Rosa Limpo e colaboraria ainda com João Martins em programa da manhã (*Passo a Passo, Dia a Dia*), de onde saiu o livro *Lisboa Cada Dia* (1967), com 66 apontamentos e exclusivo publicitário da Singer Sewing Company. Em cada crónica de cerca de duas páginas a autora observava Lisboa através do seu telhado e na companhia do gato Tareco, escrevendo sempre na primeira pessoa sobre o draga-minas e profissões arriscadas, a tauromaquia (e o perigo de vida dos toureiros), os jardins públicos, o mercado da Praça do Chile, a relação casa-emprego-cinema, mulheres velhas e com histórias pessoais de interesse, cafés e empregados, pobreza, mulheres mal-educadas a dirigirem-se a empregadas de balcão, conferências, jornais, cinema, uma menina corajosa que salvou o irmão de morrer num incêndio, o calor, o frio e o nevoeiro.

Ainda para a Agência Portuguesa de Revistas, Maria Carlota Álvares da Guerra escreveu com Mário Aguiar uma revista única intitulada *9 de Cada 10 Estrelas Têm na Beleza o Segredo dos seus Êxitos*, título a lembrar a publicidade do sabonete Lux de finais da década de 1960. A publicação destinava-se ao público de *Crónica Feminina*, cujo símbolo apareceu numa das páginas da revista, com as fãs a procurarem mundos de fantasia nas estrelas de cinema e da música em voga.

Também António Alves Redol (1911-1969), autor de romances como *Barranco de Cegos* e *Avieiros*, teve uma participação direta na rubrica radiofónica *Pequena Crónica do Banal* (1962-1963) em Rádio Clube Português (Carmo, 2014, pp.324-328). Ele assinava-se como Senhor A e alternava com Baptista-Bastos (Senhor B) e Cardoso Pires (Senhor C). Na crónica inicial, a 1 de outubro de 1962, o autor explicou a contradição de rubrica assinada por homens e destinada a mulheres. As crónicas seguiam os temas da sua ficção: encontro amoroso de campino, vida de pescadores do Tejo, perigos de quem vive do mar da Nazaré, trabalhador rural com malária. Os romances de Redol sobre o universo rural no Ribatejo ou no Douro eram precedidos de permanência do autor junto das comunidades representadas: gaibéus, avieiros, fangueiros, marinheiros dos rabelos e pequenos vinhateiros do Douro (Viçoso, 2012, p.121). Mas ele falou igualmente da vida da cidade-dormitório como espaço de desumanização, imposto pela cultura do consumo (automóvel, televisão e turismo), e das pequenas coisas banais escritas nas notícias dos jornais.

Um dos autores mais prolixos na rádio foi Olavo d'Eça Leal (1908-1976), embora aqui alargue o conceito para o diálogo. Enquanto crónica é uma perspetiva individual sobre um assunto, o diálogo envolve dois intervenientes e o seu discurso afasta-se ainda mais da realidade objetiva. Nascido em família culta e de alto nível financeiro, d'Eça Leal foi escritor, pintor e desenhador, jornalista, homem de cinema e de teatro, incluindo teatro radiofónico (Neves,

2004, p.3). Trabalhou ainda como desenhador no ateliê de desenhos animados de André Vigneau, escreveu artigos, contos e desenhos em revistas como *Seara Nova*, *Panorama* e *Presença* e fez crítica de cinema nas revistas *Imagem* e *Kino*. Um elogio feito ao trabalho de Olavo d'Eça Leal era a qualidade, em que se confundiam a personalidade literária e a radiofónica (*Flama*, 13 de abril de 1962). Ele popularizou-se como realizador de programas, enquanto desenvolvia a sua carreira de escritor (*Iratan e Iracema, os Meninos mais Malcriados do Mundo*, 1939; *Fim de Semana*, 1940; *História de Portugal para Meninos Preguiçosos*, 1943). Em 1934, entrou para uma vaga de locutor na Emissora Nacional (Neves, 2004, p.6). Na profícua década de 1940, ele publicou textos dos diálogos radiofónicos *Falar por Falar* (1943), *A Voz da Rádio* (1944) e *Nem Tudo se Perde no Ar* (1945). Viveu em Portugal, França e Brasil. Sobre os diálogos,

O amadorismo e a falta de material que presidem à montagem de um ato radiofónico, em todas as estações de rádio, forçam o autor a escrever, de antemão, uma coisa muito fácil de realizar, tão fácil que pouco mais lhe seja preciso, além de um microfone, um ou dois discos comerciais, uma campanha e duas ou três vozes que ele, autor, já sabe para que servem e que não servem [...]. Isto sem falar das restrições de ordem política, moral e religiosa a que uma peça radiofónica tem forçosamente de obedecer como é natural para se consentir na respetiva transmissão através do microfone de modo a penetrar em todas as casas sem o perigo de ferir os mais variados princípios, formais ou não formais, de educação e de civismo (Leal, 1944, pp.8-9).

Em 1959, Olavo d'Eça Leal atingiria mais de 800 diálogos radiofónicos (Neves, 2004, p.8). Virgínia Vitorino e Maria Leonor Magro seriam duas parceiras nos seus diálogos. Na década seguinte, ele colaborou noutras estações de rádio e fez programas para a televisão. Como ator, entrou em filmes como *Sonho de Amor* (1945) e *Ladrão Precisa-se* (1946).

Reportagem

A reportagem radiofónica como espécie de contraponto à reportagem nos jornais começou muito cedo. Por exemplo, há informação de serviço de reportagem no *Diário de Notícias* para a rádio CT1DE: a transmissão de um desafio de futebol (*Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1930). Da duração ao estilo e ao peso das palavras do locutor, tudo seria escalpelizado: “a crítica radiofónica da semana gira em torno [da] reportagem radiofónica”, a viver de “factos diários e dos grandes acontecimentos” como no

caso de um festival aeronáutico, da importância da Amadora, no caso de um grande desafio de futebol internacional, no caso de uma cerimónia ou festividade patriótica, achamos que a reportagem radiofónica é necessária [...]. Por mais brilhante que seja a descrição feita ao microfone, a

reportagem radiofónica requer tanta presença de espírito, tanta sobriedade, tantas qualidades de improviso de oratória que, forçosamente, e devido à rapidez com que as palavras têm que seguir os factos, por muito melhor que seja, nunca chega a ser uma completa reportagem de jornal (*Rádio Semanal*, 10 de Novembro de 1934).

Na Emissora Nacional, o género radiofónico dataria do momento em que Henrique Galvão assumiu a liderança da estação em 1935. O locutor saía do estúdio e captava a realidade exterior. Segundo Fernando Pessa, “um dia chamaram-me e disseram: «Você agora vai para o exterior». E eu perguntei: «Mas o que é isso?». «Não é nada, você leva o microfone pendurado ao pescoço e descreve aquilo que está a acontecer»”. Assim, ele fez o primeiro serviço exterior realizado pela emissora, um festival de Acrobacia Aérea, que se realizou no Grupo de Esquadrilhas de Aviação República, na Amadora. Para Fernando Pessa,

tinha variadíssimos ases da acrobacia estrangeira e um nosso, mas todos eles faziam a mesma coisa. Frente a um avião estrangeiro, como não consegui perceber o que este dizia, improvisei de imediato, introduzindo uma nota de humor. Em vez do despedimento que esperava, elogiaram-me o desempenho e humor. Com cara de amador comecei a ser jornalista profissional (Costa, 1996, p.24).

Maria Leonor Magro tinha acabado de chegar à Emissora Nacional em maio de 1945. Um dos seus primeiros exteriores foi a reportagem da inauguração do navio-escola Gil Eanes, de apoio à frota bacalhoeira. Mas a reportagem foi um género jornalístico que, apesar de vivo, direto e objetivo (*Rádio Nacional*, 11 de setembro de 1947), teve dificuldades de desenvolvimento até quase final da década de 1960.

Por um lado, o programa de estúdio era mais previsível e fácil de fazer. Discos ou programas gravados constituíam a maioria da emissão. Por outro lado, o locutor num programa de auditório tinha o programa escrito, sem poder inventar. Havia a pressão do regime político para a não efetivação de direitos, por receio de descontrolo. Até as piadas ou anedotas eram escritas previamente. No exterior, a situação ficava mais complicada. O controlo do dito verificou-se inclusive na transmissão da visita da rainha Isabel II da Inglaterra a Portugal em fevereiro de 1957, como se leu num jornal: “salvo num ou noutro momento, limitaram-se a impingir-nos, em tom chorado, declamatório ou pretensioso, prosa a cheirar a literatura de monografia, enquanto o acontecimento se desenrolava” (*Jornal de Notícias*, 1 de março de 1957). Enquanto o locutor dizia “impressionantes improvisos”, o ouvinte teria de

adivinhar o significado dos ruídos do ambiente ou dos aplausos da multidão. [...] impassíveis, os repórteres continuavam a despejar a sua preparada prosa eivada de gongorismo colegial e de dados coca-bichinhos, esquecendo-se de fazer a única coisa para que afinal foram indicados: a reportagem autêntica do acontecimento (*Jornal de Notícias*, 1 de março de 1957).

Mas, ainda antes, a Emissora Nacional fazia outras reportagens no mesmo sentido, caso do programa comemorativo do centenário da nacionalidade. Em peça com duração superior a sessenta minutos, o locutor apresentou formalmente a síntese das cerimónias de abertura e encerramento do evento e de discursos de Manuel Gonçalves Cerejeira, Óscar Carmona, António Oliveira Salazar e Duarte Pacheco (30 de dezembro de 1940). Com regularidade, as reportagens eram transmissões diretas de discursos políticos laudatórios do Estado Novo, como o de 28 de maio de 1947 no Palácio de Cristal (Porto), em que o locutor fazia a ligação entre discursantes e salientava os “vivas” de apoio gritados na sala, a mensagem de Francisco Franco em visita a Portugal, com o locutor a apresentar o ditador e a indicar ser a alocução irradiada para toda a Península Ibérica (outubro de 1949), e a inauguração do Estádio Nacional no Jamor, com o locutor a descrever o desfile militar associado e a dar notas de ambiente (junho de 1944), e de ocorrências dramáticas, como a onda sísmica na ilha de S. Jorge (fevereiro de 1964). Também o desporto foi motivo de reportagens, como a participação de Portugal no campeonato do mundo em futebol e os golos de Eusébio (julho de 1966). A estação emitiria reportagens sobre a visita de personalidades políticas, como o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (agosto de 1960), e musicais, como a cantora de ópera Maria Callas (março de 1958).

O locutor, ainda não chamado jornalista, fazia indistintamente trabalho de cabina e de rua. Nesta segunda situação, apenas o locutor de maior confiança política saía e era uma espécie de mestre-de-cerimónias a introduzir os nomes dos discursantes mas sem poder auscultar os presentes, fossem mediáticos ou anónimos, para saber o que sentiam. Com frequência, os textos eram escritos previamente por assistentes literários, com investigação e escrita de textos para os locutores preencherem nos tempos mortos da reportagem. Na transmissão do funeral de Salazar (julho de 1970), por exemplo, os locutores leram textos produzidos pelos assistentes literários. Maria da Paz Barros dos Santos, antiga assistente literária e depois dirigente da estação, foi autora de vários textos, enquanto Olga Serra Cruz recolheu depoimentos de antigos ministros (Franco Nogueira, Carlos Ribeiro, Paulo Rodrigues, Teotónio Pereira, Leite Pinto, Veiga Macedo e Santos Costa). Uma visita do presidente da República a Madrid teve redatores-assistentes literários deslocados ali para apoio ao locutor.

O mesmo sistema se aplicaria à simples transmissão de ópera, em que a rádio oficial desempenhou sempre um papel importante. Um dia, a locutora Maria Júlia Guerra leu notas sobre a obra durante longos minutos, dado o início se ter atrasado por um problema técnico (Arquivo da RTP AHC 14793). Outras reportagens eram gravadas, montadas e emitidas em diferido. Os equipamentos de gravação tornavam-se mais portáteis, indo do sofisticado Na-gra ao simples Philips, com uma equipa formada por repórter e técnico de som.

Quando rebentou a guerra colonial, repórteres foram a Angola, como Artur Agostinho, e falaram dos locais mais afetados pelos incidentes dramáticos, mas sem qualquer preocupação de isenção. O objetivo era elogiar o regime e a sua capacidade da defesa do império,

acontecendo o mesmo com a reportagem da atracagem do navio Santa Maria, no Brasil, desviado por Henrique Galvão, ambas as ocorrências em 1961. As mensagens de soldados em combate em Angola, Moçambique e Guiné, apesar de não serem reportagens em si, eram editadas e transformadas em relatos que, ligados, davam a ideia de Estado português multiétnico e multirracial e seguiam um guião próximo das reportagens de Artur Agostinho.

Mas o regime político estava em queda. Já no início da década de 1970, o uso da reportagem conduzia a outras posições. Jovens radialistas aproveitariam a oportunidade para se debruçarem sobre a realidade social portuguesa (pobreza, bairros de lata), exceto a discussão sobre a guerra colonial. O noticiário das 19:00 de Rádio Renascença, depois de 1972, seguindo um modelo próximo da revista em papel *Flama*, experimentou incluir reportagens gravadas. Após a revolução de 1974, a reportagem foi um género muito utilizado, como o primeiro de maio desse ano. Muitos jornalistas colocados na rua, como Francisco Muñoz, José Nuno Martins, Mário Meunier e Sebastião Fernandes falaram em direto para a Emissora Nacional. O modelo do direto ganhava força na rádio portuguesa pela primeira vez, apesar da existência prévia das transmissões desportivas.

Funeral de Salazar

No funeral de Oliveira Salazar, no final de julho de 1970, a Emissora Nacional destacou para a sua cobertura vários dos mais conceituados locutores: Pedro Moutinho, Artur Agostinho, Romeu Correia, Fernando Correia e Fernando Vitorino Sousa, de vozes graves, pausadas e respeitando silêncios. Nas peças, juntaram-se o protocolo ou organizado e o direto ou imprevisto. Além de curtas descrições da situação, os locutores leram textos formais escritos previamente e em tom elogioso (Arquivo RTP AHD 1709), pelo que não se pode falar de reportagens. As palavras ditas destacavam o predomínio do negro e as lágrimas na cerimónia fúnebre, o homem eminente e providencial, com vida dedicada ao país, a mágoa pela perda irreparável que deixava o povo desamparado, a passagem do féretro pela Praça do Império, onde tudo fala da Pátria (Santos, 2017). Ao mesmo tempo, os locutores exaltavam a entrada de Salazar na imortalidade, com a História a julgar a sua obra.

Se, num dado momento da transmissão, houve alusão ao homem doente durante ano e meio, nunca se falou de homem moribundo há muito. A realidade foi diferente: a rádio oficial preparara o obituário dez dias antes da morte do ditador, com quatro minutos gravados e hino nacional no começo e no fim (Arquivo RTP AHD 738_12). A nota informativa indicava ser o dia da morte de Salazar um dos mais tristes da história e do património espiritual de Portugal, ele que fora fecundo obreiro da estabilidade e da ordem e fundara a Emissora Nacional. A estação fora a primeira rádio a difundir os seus discursos, assim chegados a todo o mundo português (Arquivo RTP AHCD 142). Era o mito que se criava.

O facto da existência física de Salazar, ainda que precária, parecia um garante de descanso à nação, retórica difícil de compreender quando o poder era já exercido por Marcelo Caetano. Os locutores, e também os ouvintes, estavam espantados com a morte de alguém que exercera o poder durante 40 anos e parecia eterno. Perguntaria um locutor: qual será o futuro do país (Arquivo RTP AHD 1541_02)? Muitos dos locutores e dos ouvintes nunca tinham conhecido outro governante. Tão presente no dispositivo político como ausente no quotidiano, com a vida pública a esconder a vida privada, Salazar fazia parte de um imaginário onde mais ninguém parecia entrar.

Mais emblemático do que as frases lidas pelos locutores foi o conjunto de sons ambientais que entraram no microfone, sem o filtro da equipa técnica radiofónica, e ficaram nas gravações: o dobrar das folhas que os locutores liam, o toque da corneta a reunir os militares, os cavalos da escolta de cavalaria da Guarda Nacional Republicana a correr na calçada, a marcha fúnebre tocada pela banda da mesma força paramilitar (cerca de seis minutos), o ruído dos motores dos automóveis a trabalhar e a oração da encomendação (Arquivo RTP AHD 1709). Por isso, toda a transmissão do funeral de Salazar é uma construção ideológica assente em forte encenação sonora. Apesar de haver algumas condições tecnológicas para o acompanhamento em movimento, a cerimónia fúnebre organizou-se entre pontos de saída (político, a Assembleia Nacional, ou tecnológico, a estação ferroviária de Santa Comba Dão) e um ponto de chegada (religioso, cultural e simbólico, o mosteiro dos Jerónimos, o cemitério do Vimieiro). Os locutores colocados em pontos fixos, como testemunhas, alargavam o simbolismo da celebração.

A referência à hierarquia do Estado, em dois momentos da transmissão dos Jerónimos, indica a formalidade da encenação radiofónica. Por ausência de Américo Tomás, a visitar S. Tomé e Príncipe, o presidente do Conselho (Marcelo Caetano identificado pela função) encabeçava a lista dos que prestavam homenagem a Salazar, a que se seguiam o cardeal-patriarca e os presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal da Justiça, ministros, altos representantes das Forças Armadas, antigos ministros do governo, família, amigos e colaboradores de Salazar. Numa das vezes, o locutor destacou ministros e secretários de Estado. O presidente da República, em visita a S. Tomé e Príncipe, chegaria a Lisboa em voo especial para estar presente na cerimónia fúnebre (Arquivo RTP AHD 738_03).

Na transmissão do féretro chegado a Santa Comba Dão por comboio, o locutor distinguiu a doutrina salazarista (Deus, Pátria e Família) e recordou a cerca de década e meia de reportagens que ele realizou com Salazar (Arquivo RTP AHCD142). Se, na cerimónia inicial dos Jerónimos, se enfatizaram os agentes políticos, nos outros momentos os locutores fizeram referências a gente de todas as idades e etnias e cidadãos estrangeiros (Arquivo RTP AHD 738_4). Ao longo do percurso do comboio, crianças das escolas diziam adeus ao féretro (Correia, 2004, p.85). Na passagem por Santa Comba Dão, deu-se relevo à família do ditador, às mulheres, aos jovens (e crianças das escolas, da catequese e escuteiros) e ao povo, com o

locutor sempre em registo encomiástico e quase exaltado a falar da obra do falecido. Pelo inédito, o locutor destacou a coroa de flores assinada por um opositor do ditador (Arquivo RTP AHD 738_03). A emissão, por via telefónica, teve interrupções devido a trovoadas sentidas na zona do funeral, com ruídos como marcação de números, ligações telegráficas e vozes distantes de outras chamadas e a locutora de continuidade a retomar o serviço no estúdio (Santos, 2017). Os locutores da Emissora Nacional vestiram de preto: Fernando Correia, que acompanhara Américo Tomás a S. Tomé e Príncipe, recebera um fato à chegada ao aeroporto de Lisboa onde cabiam dois homens do seu tamanho (Correia, 2004, p.85).

Os noticiários daqueles dias centraram-se na morte e funeral de Salazar. Seguindo a prática de reproduzir as notícias da imprensa internacional sobre Portugal, a Emissora Nacional dedicou noticiários ao impacto da morte do ditador, o defensor do Ocidente, em termos internacionais. Destacou ainda a presença de representantes estrangeiros na cerimónia fúnebre, casos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha, República Federal Alemã, Brasil, Argentina, África do Sul e Rodésia (Arquivo RTP AHD 738_03 e RTP AHD 738_10). O isolamento internacional de Portugal evidenciou-se pelo menor nível hierárquico dos representantes desses países. Também muitos dos que trabalharam com Salazar deram as suas impressões, como Paulo Rodrigues, subsecretário de Estado da Previdência do Conselho, que destacou a restauração financeira, fomento económico, paz social, liberdade religiosa, política externa e defesa do Ultramar (Arquivo RTP AHD 738_03).

Viagens de Marcelo Caetano

O ano de 1969 foi pródigo na cobertura noticiosa de visitas do novo primeiro-ministro. Marcelo Caetano, com postura mediática diferenciada de António Oliveira Salazar, procurou estabelecer contactos políticos e formar a opinião pública através dos *media*, dentro e fora do país. O apoio ao arranque da televisão em 1957 e o texto que publicou sobre opinião pública em 1965 eram credenciais fortes para Caetano.

Isso obrigou a Emissora Nacional a adaptar-se em termos de logística e dimensão da cobertura jornalística. Mas, da leitura das atas da direção da estação oficial, detetam-se fragilidades na cobertura regular dessas visitas. Uma delas prendeu-se com a materialização das deslocações, caso da cobertura ao Algarve (ata da direção, 18 de março de 1969, Arquivo Histórico RTP). O carro da Emissora Nacional não conseguiu acompanhar o andamento dos outros automóveis da comitiva, que se deslocavam a 140 quilómetros à hora (Santos, 2017). Para isso, considerou-se a aquisição de duas viaturas, dotadas de equipamento necessário às transmissões e de identificação própria para a polícia não os deter na circulação.

Quando Marcelo Caetano anunciou a sua primeira visita a África (Angola, Moçambique e Guiné), o diretor técnico Manuel Bivar entendeu que a Emissora Nacional, “como órgão

informativo de primeira grandeza”, teria de enviar, antes da visita, profissionais para estabelecer ligações e acertar circuitos (ata da direção, 28 de março de 1969, Arquivo Histórico RTP). Seriam disponibilizados três locutores, o responsável da secção de reportagens e desporto, um funcionário dos serviços exteriores e três técnicos de transmissões (ata da direção, 1 de abril de 1969, Arquivo Histórico RTP). O diretor de programas Silva Gonçalves procurou apoio nos Rádios Clubes e outras estações das colónias, nomeadamente em Moçambique. Porém, não recebeu garantias e recomendou ao pessoal para encontrar alternativas locais nas reportagens diárias. Os locutores e técnicos que cobriram a visita seriam Júlio César Pereira, Artur Agostinho, Fernando Conde, João Rafael Prudêncio, José Miguel Santos, Fernando Correia, Sebastião Fernandes, Hélder Mendonça, José Madeira Neves e Vasco Fernandes. Com o primeiro-ministro viajaram, do lado de Rádio Clube Português, o presidente da estação Júlio Botelho Moniz e a reportagem das visitas coube a António Miguel e Jacinto Grilo. Na viagem de regresso, Júlio Botelho Moniz ofereceu a Marcelo Caetano um alfinete de lapela, o microfone de ouro de Rádio Clube Português, como prova de reconhecimento (*Nova Antena*, 2 de maio de 1969).

No balanço da viagem, entidades estranhas à rádio considerariam boas as emissões. Mas, para o diretor técnico Manuel Bivar, algumas das reportagens teriam dimensão exagerada (ata da direção, 21 de abril de 1969, Arquivo Histórico RTP), e o presidente José Sollari Allegro considerou que os locutores estavam sempre longe dos acontecimentos relatados. Mais desagradável seria o facto de, nas fotografias, se virem as marcas RTP, RCP e RCM nos microfones, mas não da Emissora Nacional. A mala que as continha tinha desaparecido.

Mais tarde, o diretor de programas Silva Gonçalves preparou a visita de Caetano ao Porto e o plano de cobertura, assente no Emissor Regional do Norte, com reforço de dois locutores, um assistente e um redator, e a cobertura radiofónica da viagem de Marcelo Caetano ao Brasil (ata da direção, 19 de junho de 1969, Arquivo Histórico RTP). Aqui, ele baseou o seu esquema na colaboração com Rádio Globo e Agência Nacional (Brasil) e destinou cinco funcionários: o chefe de secção dos serviços externos, o técnico Raul Aguilar e três locutores (Artur Agostinho, Vitorino de Sousa e Fernando Correia). No final da viagem de Marcelo ao Brasil, Silva Gonçalves referiu a cobertura radiofónica, considerando-se satisfeito com as transmissões. A rádio receberia um ofício do chefe de gabinete da secretaria de Estado em que este felicitava a Emissora Nacional e os seus funcionários pela cobertura no Brasil (ata da direção, 22 de julho de 1969, Arquivo Histórico RTP).

Por exemplo, o noticiário de 12 de julho de 1969 teve uma abertura de três minutos dedicada à visita de Marcelo Caetano ao Brasil, com os enviados especiais a destacarem a agenda do dia, caso de conferência de imprensa a jornalistas do Rio de Janeiro na Associação Brasileira da Imprensa. A estrutura noticiosa atendia à geografia (Arquivo da RTP AHD 334_02): dois locutores leram o noticiário do país (continente), à frente do qual vinha uma visita de Américo Tomás, seguindo-se Madeira, Açores, Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola

(atividade militar com destruição de acampamentos de bandoleiros e terroristas), Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor, Portugal no estrangeiro, Estrangeiro, Desporto, Boletim do Serviço Meteorológico e a rubrica *O Homem e o Espaço*. Portugal já não administrava qualquer território na Índia, mas a Emissora Nacional fazia de conta que tudo se mantinha igual a antes de 1961.

6. Publicidade

A publicidade distingue-se do jornalismo, mas a defesa que faço aqui para a sua inclusão tem duas razões. A primeira é que, na rádio, a publicidade é um género a englobar criadores de texto, locutores, músicos e sonoplastas. O autor de texto publicitário aproxima-se do labor do jornalista, mas sem exigência factual, rigor, isenção e atualidade. A mensagem para publicidade na rádio é de duração curta, simples, fácil de memorizar e conta uma história, apelando ao trabalho de escritores, jornalistas, atores e locutores, a completarem vencimentos pelas gravações. Ao texto publicitário, composto de elementos poéticos, juntavam-se vozes de locutores ou artistas e pequenas peças musicais, originais ou provenientes de músicas bem conhecidas. Nomes como José Ary dos Santos, Alexandre O'Neil, José Cardoso Pires e Francisco Nicholson estariam em vários anúncios. Durante décadas, locutor e jornalista (noticiarista) misturaram-se na sua atividade e liam a publicidade.

Por regra, os escritores ligavam-se a agências de publicidade. Grandes empresas de bens e serviços recorriam habitualmente a estas agências e escritores, com publicidade saída em jornais, televisão e rádio, alguns deles muito lembrados ao longo de décadas. Exemplos seriam *O Que é Nacional é Bom* (bolachas, farinhas e massas), *Código Postal*, *Meio Caminho Andado* (Correios) e *Vá para Fora Cá Dentro* (1995, Ministério do Comércio e Turismo). Alexandre O'Neil ficou conhecido pelo anúncio *Há Mar e Mar, Há Ir e Voltar*, em campanha do Instituto de Socorros a Náufragos. O anúncio *Candeeiros Vitória*, original de José Oliveira Cosme e cuja produção do anúncio custou 1300 escudos, gravado e montado com música, perdurou ainda mais tempo na memória:

Candeeiros bem bonitos / modernos, originais, / compre-os na Rádio Vitória, / não se preocupe mais. / Lá na Rua da Vitória / quarenta e seis quarenta e oito / satisfaz-se plenamente / o cliente mais afoito / Porque na Rádio Vitória / Embaixada do bom gosto / Quem lá vai é bem servido / e sai sempre bem-disposto (Arquivo da RTP AHD 14778).

A segunda razão de incluir uma secção sobre publicidade num capítulo sobre informação e jornalismo é que aquela foi responsável pelo financiamento deste, evidentes nos anúncios no começo e final de cada noticiário em Rádio Clube Português e Rádio Renascença. O

locutor Luís Filipe Costa, criador do noticiário horário de três minutos de Rádio Clube Português, teria ligações profissionais anteriores à publicidade, através da APA. Esta, de José Fernando Leitão, foi a primeira agência de publicidade a promover programas de rádio publicitários. Os textos dos anúncios de 30, 40 ou 45 segundos eram escritos por Mário de Meneses Santos e Manuel Puga (Arquivo da RTP AHD 14778). Olavo d'Eça Leal foi um locutor que leu essa publicidade. Um dos anúncios foi das esferográficas *BIC Laranja, BIC Cristal, Duas Escritas à Nossa Escolha*. Na altura, os programas de auditório usavam publicidade cantada, caso de *Os Companheiros da Alegria*, de Francisco Igrejas Caeiro. Ele escreveu frases como *Pare, Escute e Veja. Se Tiver Sede, Beba Cerveja e A Camisa que não Faz Pregas no Peito nem Rugas no Colarinho* (Camisaria Moderna) (Arquivo da RTP AHD 13003).

Orlando Dias Agudo, jornalista e locutor, escreveu publicidade para os programas *Talismã* e *CDC — Clube das Donas de Casa*, este último a angariar compradores ou assinantes para o Cabaz de Natal durante todo o ano. Os anúncios eram geralmente lidos em direto na cabina. Etelvina Lopes de Almeida produziu o folhetim *A Rosa do Adro*, de Manuel Maria Rodrigues, com adaptação de Maria de Rezende e Manuela Reis e interpretações de Vasco Santana, Maria de Rezende, Etelvina Lopes de Almeida e António Silva, patrocinado pela tablete de chocolate Candybar, da fábrica Marquise. Num dado momento, o dono da fábrica intentou parar o folhetim por já não ter mais tabletes para vender (Arquivo da RTP AHD 11922). A locutora, escritora e realizadora de rádio fez outros anúncios para marcas de sopas e para uma casa de peles em Benfica. Também Clarisse Guerra, que leu comunicados dos militares que ganharam em 25 de abril de 1974, fez a voz de anúncios da Unilever (Arquivo da RTP AHD 14915).

A publicidade radiofónica sempre se viu na dupla situação de fonte de rendimento de produtores e de rádios privadas mas criticada pela duração e baixa qualidade literária e artística, temas recorrentes na sua discussão ao longo das décadas. Para Fernando Laranjeira, diretor e dono da Voz de Lisboa, a fórmula justa seria “eivar o nível artístico e cultural dos programas e diminuir ao mínimo a publicidade dos programas, procurando obter o mesmo volume de receita com o menor volume de anúncios” (*Rádio Nacional*, 12 de fevereiro de 1955). Como ideal, a publicidade não devia ultrapassar 10% de um programa, sem interrupção do disco para apresentar anúncios e limite de três anunciantes por quinze minutos de programa (*Flama*, 28 de outubro de 1955).

Como ordem de grandeza, os valores praticados em 1961 rondavam 500 escudos diários por programas de quinze minutos (Mário Lisboa, 13 de fevereiro de 1962, Arquivo SNI, Caixa 465). Daquele valor, o produtor Mário Lisboa ganhava 220 escudos. Mas o crescente aluguer de grande parte das horas de emissão a produtores independentes provocou reações, como a de Júlio Botelho Moniz, depois presidente de Rádio Clube Português, que distinguiu produção própria e programas de produtores independentes e concluía que estes saíam beneficiados (*Rádio e Televisão*, 13 de abril de 1963).

Se, do lado das estações, havia a noção de rever processos, do lado do anunciante surgiam lentas transformações. Durante a década de 1950, fora habitual uma empresa patrocinar um programa em exclusividade, com a elaboração de textos; já no começo da década de 1960, com a entrada de agências de publicidade internacionais, o anúncio repetido ganhava peso (*Rádio e Televisão*, 18 de março de 1961). De início, os anúncios incidiam sobre produtos e lojas locais, lidos diretamente pelo locutor e autor do texto ao microfone, passando a produtos e marcas nacionais e internacionais, feitos em agências de publicidade e previamente sonorizados e gravados (Arquivo da RTP, AHD 2646), apesar da perda da artesanidade e proximidade da publicidade anterior.

Observa-se isso ao analisar o volume de anúncios iniciais em Rádio Porto, emissora desta cidade, a visarem negócios de proximidade — cinema Passos Manuel, Teatro Sá da Bandeira, confeitaria Cunha, restaurante Arca de Noé. Por estes anúncios, infere-se a importância que a baixa da cidade tinha na economia e comércio da cidade. Ainda na década de 1950, os anúncios populares publicitariam detergentes, eletrodomésticos e chocolates, num alargamento das necessidades de consumo. Aliás, o detergente Tide esteve presente em importante rubrica da história da rádio: os folhetins radiofónicos em Rádio Graça, Rádio Clube Português e outros emissores, como *A Força do Destino*. Da década de 1960 e passagem para a de 1970, retiro exemplos da publicidade escrita por Carlos Silva, em especial para o programa *Última Hora*, por ele produzido: “Oliva, máquina de costura portuguesa de categoria internacional. Oliva, máquina de costura de Portugal”, “O Renault 16 TS é o carro que multiplica os aperfeiçoamentos para encurtar os quilómetros. Renault chegou e ultrapassou”, “Há quem toque de ouvido. Mas se gosta de ouvir música nas melhores condições, aconselhamos-lhe o gira-discos Teppaz” e “Ouviram *Luz Verde*. Um programa da Sacor para os senhores automobilistas. A orquestração dos produtos Sacor é a sinfonia do novo mundo mecânico. Boa noite, até amanhã” (Carlos Silva, coleção particular).

7. Informação para as colónias

O conceito de radiodifusão imperial nasceu após a revisão da lei orgânica da Emissora Nacional na década de 1940. A ideia vinha detrás, da visão de Jorge Botelho Moniz (Rádio Clube Português) e das ondas curtas para as colónias (serviços ultramarinos) com Henrique Galvão. A concretização da radiodifusão imperial seguiu dois objetivos principais: infraestruturas e propaganda, aqui alicerçada em programas específicos. Dentro da perspetiva do ideário do Estado Novo, *A Voz do Ocidente* foi um dos programas mais bem conseguidos. Mas voltemos atrás.

Em conferência a 15 de junho de 1935, Jorge Botelho Moniz chamava a atenção “para a necessidade de cuidar da radiodifusão colonial” (Ministério das Colónias, 1936, pp.3-16).

Moniz considerava dever existir uma ligação entre a Metrópole e as colónias, para evitar a “dispersão de esforços ou duplicação de soluções”, mas a sua interdependência. A sua estação, Rádio Clube Português, com experiência em matéria de radiodifusão, punha-se “ao dispor do Governo da República para explicação complementar mais detalhada deste projeto, ou pela resposta a quaisquer perguntas e objeções que ele venha a sugerir” (Ministério das Colónias, 1936). Mais à frente, diria Botelho Moniz:

previmos um sistema emissor com estações em todas as colónias. Nuns casos, elas serão puramente de serviço local (exemplo, ondas médias de S. Tomé e Angola). Noutros casos, destinam-se também à ligação intercolonial, e à propaganda geral do país e dos seus domínios ultramarinos no estrangeiro (ondas curtas de Angola, Moçambique e Goa). Finalmente, as restantes cumulam as duas funções (ondas médias da Guiné, Moçambique, Goa e Timor, e ondas curtas de Macau).

A ideia também ocupou a AGCT (Administração Geral de Correios e Telégrafos), entidade que tutelava financeiramente a Emissora Nacional. Em projeto sobre o serviço de radiodifusão nacional (Emissora Imperial), indicava que a Emissora Imperial serviria, além da radiodifusão, “para comunicações telegráficas e telefónicas com as províncias do Ultramar, Brasil, etc., serviço que deve merecer a maior das atenções, já pelos resultados económicos que pode oferecer, já por ficar inteiramente sob a influência direta do Estado” (5 de março de 1935). Couto dos Santos, dos Correios, ao despachar o projeto para o ministro Duarte Pacheco, justificaria:

como a radiodifusão em ondas curtas cobre, por assim dizer, o mundo inteiro e as zonas de frequências reservadas para elas são muito restritas, impõe-se dentro em pouco um acordo internacional para atribuição de comprimentos de onda com o fim de evitar perturbações mútuas. Temos por nós os fortes argumentos de nação colonial, mas se chegarmos tarde, encontramos os melhores lugares ocupados. Se tivermos o serviço já montado, podemos saber muito bem quais os comprimentos de onda que nos convêm e defender a nossa posição com argumentos de ordem técnica (11 de março de 1935).

A AGCT propunha um contrato imediato de adjudicação da estação de ondas curtas. A 13 de março de 1935, o ministro Duarte Pacheco respondia favoravelmente, por entender “necessário, naturalmente, considerar as razões de ordem técnica mas não podem esquecer-se as razões de ordem política e social”. O ideal de Emissora Imperial colheria de imediato os favores da imprensa, casos do jornal oficial do regime *Diário da Manhã* (28 de maio de 1935) e de *O Jornal do Comércio e das Colónias* (1 de junho de 1935). Este jornal informava o lançamento de novos emissores, a quintuplicarem a potência da Emissora Nacional, seguindo técnicas modernas e alcançando o estrangeiro onde houvesse um só português, para ouvir a música e a cultura nacional.

Mal chegou à direção da Emissora Nacional, Henrique Galvão, antigo governador de província de Angola e coordenador da exposição do mundo colonial em 1934, no Porto, criou condições para emitir para África através de ondas curtas em finais de 1936. Em 1937, a Emissora Nacional recebia 4660 cartas com informações sobre ondas curtas, 2702 das quais de estrangeiros, mais 526 cartas de ouvintes alemães da estação de ondas médias e 1680 cartas referentes a emissões infantis (Emissora Nacional, 1938). Então, Henrique Galvão refletia a sua atividade como presidente da Emissora Nacional, preocupado com a ligação radiofónica às colónias, dizendo que, das cinco partes do mundo, tinham chegado por correio e telégrafo, “um coro de corações comovidos e entusiasmados, saudando a voz de Portugal, saudando o Estado Novo — ingressando enfim no meio de aglutinação espiritual que este novo agente começava a formar” (Emissora Nacional, 1937: 5-9). Para ele, a promoção do Estado Novo através da rádio era um dos grandes objetivos.

Ainda a propósito do papel da rádio, Henrique Galvão e o seu colega da comissão administrativa da Emissora Nacional Pires Cardoso escreviam um relatório a 20 de maio de 1938 e consideravam a rádio num tríplice aspeto cultura, recreio e informação. Em palestra, Henrique Galvão realçaria o peso da música nacional tocada, que “promove constantemente a publicação ou gravação de novas peças, realiza concursos de música portuguesa e está levando a cabo, nesta altura, o primeiro grande esforço de recolha completa do folclore português” (Galvão, 1939, p.87).

Do ponto de vista da receção, devido às emissões em ondas curtas chegariam muitas cartas. Um ouvinte de Ponta Delgada mostrava a sua estupefação pelo facto de os “diários e semanários que se publicam nesta cidade traze[re]m todas as notícias que nós possuidores de aparelhos recetores ouvimos da Emissora Nacional”. De Bissau (Guiné-Bissau) chegava a carta de Eduardo Gonçalves, que manifestava a importância da “palestra sobre anginas e tão bem a ouvi que, finda ela, recorri ao boticário sr. Calheiros de Abreu, radiófilo apaixonado, para me medicar segundo as instruções escutadas”. Se aquela carta era uma clara alusão à atualidade do meio eletrónico de informação, esta demonstrava a influência quase direta da rádio nos comportamentos dos ouvintes, além de mostrar ingenuamente o seu universo de pessoas, como se todo o mundo conhecesse o farmacêutico. O mesmo cidadão a residir em Bissau dava também conselhos sobre o que se ouvia: “o senhor locutor — enquanto a mim — necessita que lhe retarde menos a fala. É moroso nos seus dizeres. A senhora locutora, essa deve dar graças a Deus de ter uma voz tão timbrada que faria brilhar em qualquer número de ópera de responsabilidade. É uma *diseur* ótima”. Na linha desta opinião sobre as vozes, um ouvinte a residir em Luanda escreveu a dar a sua opinião:

a Emissora Nacional podia dar-nos sempre as suas notícias pela voz das suas locutoras Áurea e Maria de Rezende, as quais satisfazem plenamente os mais exigentes. Para as duas vai o preito da minha muita admiração, mas muito especialmente para a Maria de Rezende, a qual, sem exagero,

pode emparceirar com as melhores locutoras do mundo. Não tenho a honra de conhecer nenhuma delas, mas posso garantir que se ambas são lindas como linda é a sua voz, não lhes devem faltar admiradores. Sente-se satisfação ouvindo-as falar, isto não só pelo harmonioso da sua voz, mas muito especialmente porque sabemos que são as nossas compatriotas que falam, as mulheres da nossa terra, por causa de quem para aqui viemos embalados por um doce e lindo sonho de amor (*Rádio Nacional*, 8 de agosto de 1937).

Outras cartas referiam-se igualmente às vozes de locutores. Numa, oriunda de Nova Lisboa, lia-se: “a vossa locutora, Exma. sr^a D. Maria de Rezende, é simplesmente completa, no sentido mais amplo da palavra: diz bem, faz-se compreender e tem um bom timbre de voz. Parabéns a ela e à Emissora” (*Rádio Nacional*, 1 de agosto de 1937). Numa outra, de Lourenço Marques, o ouvinte preferia a voz de D. Maria de Rezende, que “leu o discurso do nosso Chefe Doutor Oliveira Salazar. As sílabas na sua boca são claras. A essa senhora as minhas maiores felicitações. Com ansiedade, espero brevemente ouvir pela emissora a voz de pessoas da minha família que se encontram em Lisboa” (*Rádio Nacional*, 1 de agosto de 1937).

Para além da unanimidade quanto à apreciação da voz feminina, o segundo ouvinte tinha a esperança ingénua de ouvir radiodifusão como se fosse o telefone. Na realidade, *A Hora da Saudade* seria um programa marcante da Emissora Nacional: os familiares dos colonos enviavam mensagens para estes através da rádio. Desde a fase experimental da Emissora Nacional, Maria de Rezende seria destacada para fazer locução em ondas curtas. Para ela, as “primeiras chamadas ao coração de Portugal a todos os portugueses, através de CSW — traço de união entre o continente e o Ultramar — sentindo e fazendo sentir que a Pátria é um corpo só e uma só alma” (*Microfone*, 14 de Agosto de 1943) marcariam a sua carreira.

Áurea Rodrigues, Maria Rezende e Fernando Pessa, os primeiros locutores da Emissora Nacional, adquiriram muita fama, o que os fez as primeiras estrelas dos *media* portugueses. A primeira página do número de 27 de julho de 1935 de *Rádio-Semanal* trazia a fotografia das três “vozes que mais privam, através do microfone, com os auditores da Emissora Nacional”. A sua notoriedade aumentaria à medida que cresceu o número de recetores de rádio. Se programas como *Meia Hora da Saudade* e notícias foram formas de chegar aos colonos, a *parte falada* adquiriu mais peso, em complemento à música. Os comentários de portugueses a trabalhar nas colónias e que chegavam sob a forma de cartas dão conta disso. Um colono, oriundo do Lobito (Angola), escreveu:

como bom radiófilo, e sobretudo como bom português, apresso-me a manifestar a V. Ex.^a o meu contentamento e satisfação pelas emissões de ontem, em que V. Ex.^a falou, e de hoje destinada à nossa Índia. Finalmente, pude chamar os criados pretos e mulatos que, ao ouvirem falar português, não puderam também calar o seu contentamento (*Emissora Nacional*, 1937, p.88).

Redação *cafre*

Os acontecimentos políticos de 1961 (perda de territórios coloniais na Índia e início da guerra em Angola) conduziram à criação de uma redação na Emissora Nacional separada da existente até aí, designada *sala do ultramar* e, pelos críticos, *redação cafre*. Se a orientação política era rigorosa em favor do Estado Novo, a nova redação seria ainda mais *pura* nessa defesa.

Amândio César, homem culto de extrema-direita e de grande confiança com Oliveira Salazar, persuadira-o a criar uma estrutura informativa para noticiários exclusivos sobre as tropas em combate, com assistentes literários distintos a escreverem as notícias e os comentários. Além de jornalista, Amândio César (1921-1987) foi professor, poeta e ensaísta conhecedor da literatura africana. Ele publicou *Angola* (1961), crónicas sobre os acontecimentos trágicos no norte de Angola no início desse ano, *Parágrafos de Literatura Ultramarina* (1960), *Algumas Vozes Líricas da África* (1962), *Elementos Para uma Bibliografia da Literatura e Cultura Portuguesa Ultramarina e Contemporânea* (1968, em coautoria), *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina* (1972), *Antologia do Conto Ultramarino* (1972) e *Alda Lara na Moderna Poesia de Angola* (1978). A ele se atribuiria a incitação para a pilhagem na Sociedade Portuguesa de Autores aquando da atribuição de prémio a Luandino Vieira. O nome acintoso de *redação cafre* significava informação para negros incultos, a indiciar, apesar da fachada monolítica, haver alguma clivagem política interna na estação.

Das figuras mais proeminentes de dirigentes da Emissora Nacional de então, distingo Maria da Paz Barros dos Santos, entrada como assistente literária e chegada a diretora da parte internacional da estação, e João Carlos Beckert d'Assumpção, de mãe alemã, diretor dos serviços de pessoal e da parte literária e antigo membro da Mocidade Portuguesa. Beckert d'Assumpção publicou *Ser Moral e Sociedade Ascendente* (1969), *Para uma Axiologia da Rádio* (1970) e, com Amador Castanheira, *Para uma Regionalização da Rádio* (1973). Se Maria da Paz Barros dos Santos era a teórica, Amândio César era o homem de ação, ambos com acesso direto a Salazar. Ela e Beckert d'Assumpção estabeleceram ligações com a agência internacional Aginter Presse, a que pertencia Jacques Ploncard d'Assac, antigo chefe de gabinete no regime de Vichy (marechal Pétain) e biógrafo de Salazar. Ploncard D'Assac e Maria da Paz Barros dos Santos foram corresponsáveis na criação e desenvolvimento do programa *A Voz do Ocidente*. Outra figura destacada da direção da Emissora Nacional seria José Luís da Silva Dias, engenheiro (de laticínios) e diretor de Programas até 1968, antigo secretário e chefe dos serviços de informação da União Nacional, deputado da Assembleia Nacional, com atividade no jornal oficioso *Diário da Manhã* e autor de *A Radiodifusão na Sequência dos Meios de Comunicação Social* (1968).

Em termos de espaços geográficos, o poder da Emissora Nacional deslocava-se das instalações da rua do Quelhas para a rua de S. Marçal, onde se realizavam as emissões de propaganda para o mundo. Entre 1954 e 1957, a Emissora Nacional abriu o CEU — Centro Emissor

Ultramarino, em Pegões (Montijo), em ondas curtas, ligado aos estúdios da rua de S. Marçal, onde existia uma central para ondas curtas, cabinas de gravação e apoio do internacional. Maria da Paz Barros dos Santos dirigia as ondas curtas, a projeção da Emissora Nacional para o mundo, e tinha a seu cargo os locutores de línguas espanhola, francesa, inglesa e concani, casos do inglês John Deakin Hampton, antigo piloto da RAF, do francês Jacques Ploncard d'Assac e do espanhol, o casal Romero. Antigos donos de editora espanhola e fugidos da guerra de Espanha, serviram o conde de Barcelona (Bourbon), a viver no Estoril, quando os filhos começaram a crescer e a precisar de professor de história pátria.

No momento em que Carlos Silva Gonçalves chegou, em 1969, à direção de programas na Emissora Nacional, quis juntar as redações. Além da sala de redação do ultramar ter mais poderes que a outra redação metropolitana, chocou-o a separação e concorrência de noticiários, com animosidade, sonegação de material e multiplicação de chefias e fontes de informação (Arquivo Histórico RTP). A autonomia compreendia-se em 1961, relacionada com o momento político difícil de então; embora se aceitasse o tratamento diferenciado de material noticioso, não se justificava a divisão no final da década. Silva Gonçalves entendia o serviço de noticiários com dimensão nacional, informação completa, atenção aos interesses e reflexos da vida portuguesa no estrangeiro, objetiva e a distinguir a tendenciosidade das fontes. Ele defendia o modelo do *Diário Sonoro*, de dimensão nacional, e a multiplicação de cadeias nacionais, com base nos emissores regionais e colaborações de Rádio Clube de Moçambique, da Emissora Oficial de Angola, Emissora Oficial da Guiné e outras estações, seguindo o que já se fazia com os relatos desportivos e as reportagens de visitas do presidente do Conselho (África, Brasil), ida de astronautas à Lua e eleições. Ele aproveitaria a saída de um profissional para a reforma para implementar a junção de redações, mas teve a oposição de Maria da Paz Barros Santos e de João Beckert d'Assumpção.

Os papéis dos presidentes da Emissora Nacional

De entre os presidentes da Emissora Nacional, alguns deles tiveram impacto no desenho da rádio imperial (no Quadro 1, a lista de presidentes da estação entre 1934 e 1974). Também a posição de César Moreira Baptista como secretário de Estado e como presidente do conselho de programas da Emissora Nacional foi fundamental. Cada um, apesar de possuir uma visão específica da rádio, estava condicionado às necessidades ditadas pela política, em especial ao governo de ditadura e à guerra colonial, esta nas décadas de 1960 e 1970.

Quadro 1

Relação de presidentes da direção da Emissora Nacional

Fonte: Elaboração própria.

António Joyce	1934-1935
Henrique Galvão	1935-1940
António Ferro	1941-1950
António Eça de Queirós	1951-1959
Jaime Ferreira	1959-1963
José Sollari Allegro	1964-1970
Clemente Rogeiro	1970-1973
António Bivar	1973-1974

Observação: António Bivar, além do período de 1973-1974, foi presidente interino em diversas ocasiões, em especial durante a transição de um para outro presidente

O melómano António Joyce (1934-1935) criou diversas orquestras (sinfónica, ligeira e outras), dando emprego aos músicos portugueses. Na altura, o país não tinha uma orquestra sinfónica de renome. Joyce não teve tempo de preparar as emissões coloniais, que faziam parte das agendas dos presidentes da estação a partir de Henrique Galvão (1935-1940). Este, que inventou Humberto Delgado para candidato a presidente da República e desviou o pacote Santa Maria, criou programas como *A Hora da Saudade* e os *Jogos Florais*, que António Ferro tanto acarinharia, e organizou as emissões em ondas curtas para as diásporas. O programa *Hora da Saudade* orientara-se, primeiro, para colonos em África, depois para pescadores do bacalhau junto ao Polo Norte e para os soldados durante o período da guerra colonial (1961 em diante). Ele também foi o criador de concursos e cortejos folclóricos e da campanha de recetores de rádio a preços populares. Se António Ferro foi o ideólogo da Emissora Nacional, Henrique Galvão foi o seu arquiteto.

Na 1ª Exposição Colonial Portuguesa (Porto, 1934), a Invicta Rádio funcionou como a estação oficiosa, transmitido conferências do capitão Henrique Galvão, diretor técnico da exposição, e de outras personalidades, algumas delas destinadas a Espanha. Em 1935, a nomeação de Henrique Galvão para presidente da Emissora Nacional intentou estabelecer equilíbrio entre a rádio e a AGCT (Administração Geral de Correios e Telégrafos), entidade que controlava financeiramente a estação. Henrique Galvão atravessava um período pessoal de grande auréola, escritor e regressado de tarefas governativas de Angola. A nova conjugação de vontades permitiu que, entre a tomada de posse de Henrique Galvão e da sua equipa (Manuel Bivar e Pires Cardoso) e a inauguração oficial da estação, mediasse apenas um mês. Conforme uma notícia,

o programa emitido, que abriu ao meio-dia com a execução do hino nacional executado nos carilhões de Mafra, despertou enorme interesse. [...] O facto não passou despercebido à população

citadina, pois muitos alto-falantes espalhados pela cidade [de Lisboa] fizeram ouvir todo o belo programa emitido (*Diário de Notícias*, 2 de agosto de 1935).

Após a tomada de posse, em junho de 1935, as estruturas musicais da emissora seriam reestruturadas, com supressão das orquestras dirigidas por Wenceslau Pinto, Flaviano Rodrigues, Luís Barbosa e Ivo Cruz e organização de orquestra ligeira de música portuguesa dirigida por Frederico de Freitas. O ano da organização material seria 1936, com a inauguração de emissões de ondas curtas e a programação (concertos públicos populares, ópera por artistas portugueses e jogos florais) (*Rádio Semanal*, 8 de novembro de 1936).

António Ferro (1941-1950) reformulou estratégias, ao relevar a criação de estruturas musicais e programas de música e magazines, conforme a sua *política do espírito*. Após a resolução de problemas técnicos, com o emissor do Ribatejo para ondas médias e o emissor de Barcarena para ondas curtas, Ferro apontou a produção como a principal preocupação da Emissora Nacional, de modo a garantir a qualidade dos programas. Seguindo uma terminologia muito mais recente, ele reforçou a área dos conteúdos. As emissões dentro do país e para as colónias careciam de programas e cantores e músicos sempre renovados, o que o levou a desenhar estruturas como o Gabinete de Estudos Musicais (GEM), em conjunto com Pedro do Prado (1908-1990), em 1942, juntando tradição com ritmos internacionais, num esforço de modernização e atualização.

António Ferro indicaria dois caminhos: gravar com urgência aquilo a que designava como boas canções e estimular a criação da produção, com compositores e poetas convidados a harmonizar ritmos populares. O GEM teria quatro secções: recolha do folclore, catalogação e seleção da música de antigos compositores, “aportuguesamento” do estilo internacional de música ligeira e de variedades, gravação e edição de obras então recolhidas ou escritas (Ferro, 1950, p.52; Moreira, 2012, p.169). O Gabinete de Estudos Musicais estimularia e remuneraria de modo fixo o trabalho de compositores como Rui Coelho, Armando José Fernandes, Cláudio Carneiro e Joly Braga Santos, além da criação de bailados com partituras de autores nacionais. Outros nomes ligados ao Gabinete de Estudos Musicais seriam Frederico de Freitas, Artur Santos, Belo Marques e a sua orquestra típica, António Melo e Tavares Belo.

De programas de música ligeira e de magazines na liderança de António Ferro, destaca-se para *Serão para Trabalhadores* (em colaboração com a FNAT), iniciado em 1941, e *Domingo Sonoro*, *Vozes do Mundo*, *Conheça a sua Terra*, *Viagens na Nossa Terra* e *Programa da Manhã*, começados em 1942 (Ferro, 1950, p.91). Musicalmente, a programação adotaria um estilo nacional (nacionalista), apesar de algum ecletismo e a partir da prática do Centro de Preparação de Artistas da Rádio, criado em 1947 e reativado em 1954. O Centro, dirigido sucessivamente por Mário Mota Pereira, Belo Marques e Joaquim Luís Gomes, funcionava gratuitamente e abria-se a todos os jovens acima de dezassete anos (Emissora Nacional, 1970, p.24). Aos ensaios diários, das 17:00 às 20:00, seguiam-se gravações a meio da semana e

emissões em programa próprio da Emissora Nacional no segundo e último sábado de cada mês. Ao longo dos anos, as atividades mudaram de dia da semana mas a rotina de ensaios e a emissão do programa mantiveram-se.

O Centro de Artistas teria grande impacto na formação e divulgação de artistas, ao longo das décadas de 1950 e 1960, muito depois da passagem de António Ferro pela Emissora Nacional, casos de Júlia Barroso, Fernanda Peres, Maria de Fátima Bravo, Rui de Mascarenhas, Francisco José, Madalena Iglésias, Simone de Oliveira e Artur Garcia na década de 1960. Os artistas rodavam em programas como *Serões para Trabalhadores*, programas de auditório ao vivo depois transmitidos pela rádio, onde se alargava a divulgação e desenvolviam carreiras individuais, ensaiando uma ligação entre a dimensão erudita, com intenção educativa, e expressões mais populares (Domingos e Moreira, 2010, p.1202). A emissão para as colónias valeu muita popularidade aos artistas, alguns deles fazendo depois viagens e espetáculos por África (Angola e Moçambique), mas também para Brasil, Estados Unidos, Canadá, França e Espanha, onde chegavam os programas de ondas curtas. Ainda durante a direção de António Ferro, separaram-se por desdobramento, em 1949, as emissões de música ligeira, urbana e moderna (Programa A) e de música clássica (Programa B). António Ferro criaria ainda as Festas da Rádio, a primeira delas a 19 de junho de 1942, com a população de Lisboa a ter a oportunidade de conhecer vedetas e locutores.

No mandato de António Eça de Queirós (1951-1959), o CEU (Centro Emissor Ultramarino), em Pegões (Montijo), arrancou em ondas curtas. Os acontecimentos na Índia (perda do controlo administrativo por parte de Portugal dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli em 1954) levariam a antecipação das obras de Pegões, a funcionar desde 1955. O emissor indicaria a dimensão abrangente do uso político das ondas curtas para levar a voz de Portugal à África colonial, o “Portugal ultramarino”. Outro objetivo era a emissão de programas em francês, inglês, alemão, espanhol e italiano para a Europa, com o ideal de “chegar aos nacionais de outros países, nas suas próprias línguas, a verdade portuguesa, explicando a posição de Portugal em face dos problemas mundiais, difundindo o pensamento ideológico em que assentam as nossas instituições políticas” (*Notícias de Portugal*, 17 de setembro de 1966).

Ao invés da criatividade mediática de António Ferro, embora não escamoteando que foi o chefe da censura, Queirós era adepto da propaganda muito dirigista e burocrática. Eça de Queirós coexistiu com Marcelo Caetano quando foi ministro da Presidência. Para mim, a obra mediática da Emissora Nacional deveu-se mais a Marcelo Caetano do que a António Eça Queirós. À distância, Queirós foi o mais conservador dos presidentes da Emissora Nacional, tendo até contribuído para a quebra de programas emblemáticos da estação. Uma carta escrita a Salazar ilustraria o seu perfil, a partir da escuta de canção de Moniz Trindade. Este, cantor de jazz, canção e fado, ligado ao grupo de artistas da rádio da Emissora Nacional, incluiu *Feiticeiro do Amor* no seu repertório. A letra, aos olhos de hoje, é muito ingénua, mas provocou reações na época. Um ouvinte beirão escrevera anonimamente uma carta a Salazar,

reenviada a António Eça de Queirós. A carta falava de letra com palavras pornográficas e lascivas. Queirós rapidamente respondeu ao ditador, comentando que os textos em versos das canções eram geralmente de fraca qualidade e de sentimentalismo aflitivo (Brandão, 2015, pp.344-346). O presidente da Emissora Nacional quase finalizava a sua carta: “A minha grande preocupação será sempre encaminhar os programas de toda a ordem para um nível de dignidade e qualidade”. Na verdade, Eça de Queirós cortara já muitos discos de cancionistas famosos, em especial brasileiros e franceses.

Quando Eça de Queirós morreu, sucedeu-lhe Jaime Ferreira (1959-1963), advogado de Vila Nova de Gaia que ganhara popularidade dentro da União Nacional mas que depressa se mostrou desadaptado à rádio. Ele pediu para sair, o único presidente a fazê-lo pelo seu pé. Mas assegurou a necessidade de as emissões para as colónias ganharem novo folego quando, em 1961, rebentou o conflito em Angola. Antes, e certamente como reflexo da perda de Dadrá e Nagar-Aveli (Índia), em 1954, a estação foi reforçada com emissões para as colónias e para as populações deslocadas. A 13 de abril de 1961 e na televisão, Salazar dirigia-se ao país e anunciava mudanças no governo e nas forças armadas. Face a incidentes graves em Angola, entre janeiro e março, começo da guerra colonial, ele assumiria a pasta da Defesa. Das suas palavras: “Andar rapidamente e em força é o objetivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão”. A informação e a propaganda assumiriam papel determinante no que se chamou de defesa da nação portuguesa ultramarina.

No conselho de programas da Emissora Nacional, a 17 de novembro de 1959, já se havia questionado a eficácia dos noticiários para as colónias. A Emissora Nacional irradiava todo o noticiário das agências ANI e Lusitânia. César Moreira Baptista, responsável do SNI e presidente do Conselho de Programas da rádio, sugeriu a criação da Revista de Imprensa do Ultramar, pedindo-se à TAP a garantia do envio rápido dos jornais do ultramar (Arquivo Histórico RTP). Para contrabalançar a propaganda sobre as populações indígenas feita por estações estrangeiras, sugeriu-se a criação de programas, nomeadamente uma pequena rubrica, uma a duas vezes por semana, com referência a sugestões e opiniões recebidas, para garantir aos ouvintes a certeza que as suas palavras eram recebidas e aplicadas pela Emissora Nacional.

Depois, em outubro de 1963, no mesmo Conselho de Programas, Monteiro Grilo referiu uma recente estada em Cabo Verde, integrado numa missão universitária. Ali contactou as emissoras locais e sugeriu que seria vantajosa uma maior colaboração da Emissora Nacional com essas estações, através de programas gravados e do fornecimento de material (Arquivo Histórico RTP). Tal assistência teria muito interesse, até porque havia cobertura feita pelas emissoras da Guiné ex-francesa.

Mas, no conjunto, Jaime Ferreira não sentia muito apoio ao seu esforço. Seguiu-se-lhe José Sollari Allegro (1964-1970), antigo secretário de Salazar (chefe de gabinete). No panorama radiofónico nacional, a Emissora Nacional perdera fulgor mas a direção de Sollari Allegro ganhou força com a guerra colonial e o aumento da propaganda. *A Voz do Ocidente*

foi um programa chave da propaganda radiofónica do Estado Novo. Das ações tomadas por Sollari Allegro, destaques para a autonomização em repartições distintas da Informação e dos Programas para o Estrangeiro (1966) e da emissão contínua de vinte e quatro horas diárias (1970). A melhoria de condições de audição no norte e no leste de Portugal, no Algarve, Açores e Madeira foram outros resultados do seu mandato. Também com Sollari Allegro na presidência da Emissora foram inaugurados novos emissores de ondas curtas em Pegões (setembro de 1966), dentro das comemorações dos 40 anos do Estado Novo, aptos a uma mais potente transmissão de programas para o mundo (África, América e Europa) e para os emissores regionais da Madeira e dos Açores.

Tornou-se premente o reforço da informação e da propaganda face às emissoras africanas de origem francesa, ainda antes do começo da guerra em Angola (1961). Por exemplo, já em finais de 1946, os dirigentes de Rádio Clube de Angola, em processo de renovação com um novo emissor em ondas curtas, manifestavam interesse em receber gravações da Emissora Nacional, como o faziam a BBC e uma organização radiofónica norte-americana não identificada (*Rádio Nacional*, 8 de dezembro de 1946). Mais tarde, resultado de protocolo iniciado em 1950, a estação passaria programas sob a designação *Postal da EN* (*Rádio Nacional*, 17 de outubro de 1953), apesar de não indicar se envolvia o envio de noticiários.

Sollari Allegro seria substituído em 1970, pouco depois de Marcelo Caetano ascender a presidente do Conselho de ministros. Afinal, Sollari Allegro fora homem de confiança de Salazar. Quem lhe sucedeu foi Clemente Rogeiro, desde muito antes amigo político de Caetano. Conhecedor da rádio, onde fora diretor financeiro nas décadas de 1950 e 1960, ele remodelou a rádio. Os serviços sociais da Emissora Nacional são do seu tempo. A televisão ganhava peso e os programas de Rádio Renascença (*Página 1*, *Tempo Zip*, *Limite*) davam cartas. O mandato de Clemente Rogeiro foi marcado pelas aquisições da Emissora Nacional, interna (Emissores do Norte Reunidos, 1971) e externas (emissores de S. Tomé e Príncipe e da Guiné), além de melhores relações com Rádio Clube de Moçambique e a Emissora Oficial de Angola, aqui com a colocação de um dirigente da Emissora Nacional à frente daquela estação: Oliveira Pires. Clemente Rogeiro saíria da direção da rádio para ministro da saúde na última remodelação de Marcelo Caetano, em 1973.

César Moreira Baptista (1915-1982) foi alto funcionário público ao serviço do Estado Novo e um dos seus mais duradouros dirigentes em cargos do governo (1958-1974). A sua biografia incluiu a presidência da comissão de Cascais, vogal da comissão executiva da União Nacional, presidente da câmara municipal de Sintra, dirigente do Secretariado Nacional da Informação, deputado, diretor da FNAT, subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, secretário de Estado da Informação e Turismo e ministro do Interior (Santos, 2017). A sua obra literária consiste em discursos lidos em ocasiões solenes. Em 1958, na qualidade de SNI, a festejar os 25 anos do secretariado (Baptista, 1958), saudou Salazar e os diretores do SNI. Se Salazar deu o seu empenho ao SPN-SNI, Moreira Baptista destacou também o papel de Caetano.

Um dos discursos mais políticos de César Moreira Baptista ocorreu no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro), em 1966. Aí, falou dos efeitos dos conluios internacionais sobre Portugal, apoiados em sistemas imensos de informação obedientes a grupos de pressão ou mesmo governos responsáveis (Baptista, 1966, p.11). Pelos seus efeitos, desapareciam as regras do direito internacional, sujeitas aos interesses dos mais poderosos. Para uma audiência tão precisa, Moreira Baptista argumentou com a paz: “Nós temos tido a ventura de há quatro décadas vivermos num clima de onde foi banida a «desordem que pode ser uma fatalidade, mas não é nunca um bem»” (Baptista, 1966, p.14). Sobre a guerra em África houve total omissão. No seu ideário, ela fazia parte da defesa do Ocidente.

Em 1969, em texto lido na inauguração de emissor em Árvore (Vila do Conde), César Moreira Baptista considerou essencial a emissão contínua 24 horas por dia na Emissora Nacional. Para ele, as grandes tarefas em 1970 seriam concluir a cobertura radiofónica do país, iniciar a ofensiva na cobertura radiofónica de Portugal Ultramarino e “saber encontrar os meios próprios de uma programação adequada aos fins que tem em vista” (*Notícias de Portugal*, 20 de setembro de 1969).

Os discursos de Moreira Baptista e dos seus colaboradores diretos Clemente Rogeiro e Geraldos Cardoso, na tomada de posse dos dois últimos em 9 de maio de 1970, esclareceriam a nova filosofia de propaganda nas colónias. Para Moreira Baptista, a Emissora Nacional tinha de estar presente em S. Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde e outras “províncias portuguesas”, com “novas experiências de radiodifusão [que] impõem uma atualização de processos e nos métodos de trabalho; estilos novos na produção radiofónica” (*Notícias de Portugal*, 23 de maio de 1970). A ênfase vinha de uma orientação anterior, quando Moreira Baptista anunciava uma intensa ação no ultramar africano: “fazer ouvir a nossa verdade aos inimigos que pretendem deformar as consciências portuguesas” (*Notícias de Portugal*, 20 de setembro de 1969).

As rádios coloniais deram também espaço a programas em línguas locais. A implantação destes programas atingiu três objetivos: alargar a base de compradores de produtos básicos e de recetores de rádio, funcionar como elemento de prestígio social para anunciantes e produtores de rádio dentro da comunidade local e regional em que se inseriam e veicular mensagens favoráveis à ideia colonial de Portugal. Por exemplo, começou a falar-se em julho de 1971 da instalação de um novo emissor em S. Tomé e Príncipe, para contrariar a “propaganda nefasta de certas estações estrangeiras contra Portugal” (*Diário Popular*, 21 de julho de 1971). Em Angola, o plano de radiodifusão antecipava a instalação de emissor de ondas médias e antena orientada para a República do Congo (Felício, 1973). A delegação da Marconi em S. Tomé e Príncipe usava um emissor cujas frequências em ondas curtas interferiam nos noticiários dos movimentos de libertação, em especial os oriundos do Gabão e República do Congo. O Estado criou também estações para emitir apenas em línguas autóctones e com estruturas organizativas próprias, embora dependentes tecnicamente das estações oficiais em Angola e Moçambique (*Voz de Angola e Voz de Moçambique*), enquanto permitia a instalação

de estruturas radiofónicas em território metropolitano, a RARET e a IFA Portuguesa de Radiodifusão, que emitiam para os países do bloco de leste (Santos, 2021).

Tentativa de golpe em Moçambique e reação da Emissora Nacional (setembro de 1974)

Logo após abril de 1974, foi nomeada uma comissão militar para Rádio Clube de Moçambique, composta por major Eugénio Fernandes como responsável principal, capitão Oliveira na parte técnica, alferes Fernando Lopes Cardoso na programação e alferes João Barroso nos recursos humanos (Cardoso, 2014, p.160). Albino Ribeiro Cardoso, militar com carteira profissional de jornalista e do quadro do *Diário de Lisboa*, foi nomeado para o pelouro da informação. Depois de uma semana a estudar na Emissora Nacional, regressaria a Lourenço Marques e alterava a estrutura de pessoal e convidava personalidades de vários quadrantes políticos para partilharem espaços de opinião pública (Cardoso, 2014, p.181). A 28 de julho de 1974, a comissão administrativa propôs a transformação da estação em organismo público autónomo e absorveu os serviços de Rádio Voz de Moçambique que emitia em línguas autóctones.

Com o poder fraturado em Portugal, colonos brancos ocupariam a estação de Lourenço Marques a 7 de setembro de 1974, colocando a bandeira portuguesa em varanda do edifício e desafiando as autoridades militares portuguesas a não assinarem o acordo de Lusaca (*Diário Popular*, 9 de setembro de 1974), que previa a entrega do poder à maioria negra (Frelimo) na independência de Moçambique. Na revolta, surgiu um grupo que acedeu aos microfones da estação para protestar contra a entrega do país, sem referendo ou eleições (Cardoso, 2014, p.233). Os responsáveis eram Gonçalo Mesquitela, deputado da Assembleia Nacional e do Conselho Legislativo de Moçambique e membro da União Nacional, Clotilde Mesquitela, mulher daquele e antiga presidente do Movimento Nacional Feminino de Moçambique, Velez Grilo, médico e antropólogo, antigo dirigente do Partido Comunista e, então, dirigente do FICO (Frente Independente de Convergência Ocidental), Manuel Gomes dos Santos, vendedor de automóveis em segunda mão, Pires Moreira, Daniel Roxo, caçador profissional, e Vasco Ferreira Pinto (Mesquitela, 1977, pp.81-86; Cardoso, 2014, pp.257-258). A multidão entrou na estação e destruiu tudo o que pode até ao sétimo andar, aos gritos “Abaixo a Frelimo”, “O povo unido jamais será vencido” e “Moçambique é nosso” (Cardoso, 2014, p.235).

Aquando do arranque do golpe, João Baptista de Sousa (1947) preparava-se para entrar na emissão do programa de carácter musical *Roteiro Sonoro*, às 15:00 de sábado. Eduardo Pereira, um responsável da área técnica, falou-lhe da probabilidade de o programa não ir para o ar. Havia um movimento invulgar de pessoas dentro e fora do edifício e, no rés-do-chão do edifício, não pôde sair. Alguns indivíduos gritavam palavras de ordem e estavam armados. Na invasão, o

grupo que assumiu o comando da operação dirigiu-se à sala da direção e instalou-se ali, ocupou o estúdio da emissão A, em língua portuguesa, de onde lançaram mensagens com pedidos de apoio ao Movimento de Moçambique Livre, esquecendo-se dos outros canais, nomeadamente a estação B (LM Radio) e a Voz de Moçambique (línguas changane e ronga).

Os revoltosos decidiram que os locutores leriam nas cabinas mensagens de apoio ao movimento e tocariam o hino nacional português de meia em meia hora. João de Sousa esteve no interior da cabina até às 10:00 do dia seguinte. A emissão da Voz de Moçambique, em língua ronga e changane foi mantida no ar, porque era necessário utilizar os dialetos para passar mensagens de apoio ao movimento rebelde, por ser o canal que atingia a maior parte da população. Na cabina da Voz de Moçambique estava de serviço a locutora Joana Mariana. Ela não traduziu as mensagens em português mas deu-lhes outro sentido, apelando à calma e organização da população. A rendição à polícia deu-se dois dias depois (*Diário Popular*, 10 de setembro de 1974).

João Sousa apenas voltou à estação a 12 de setembro, para retomar o processo normal de produção e gravação dos programas das Produções Golo. Ele começara por participar em concursos organizados nos programas radiofónicos de Produções Golo, até que enviou uma carta oferecendo-me para trabalhar naquela agência de publicidade, em 1964. António e Flávia Fonseca integraram-no na profissão de modo paulatino, começando por datilografar textos que os produtores escreviam, selecionando músicas assinaladas e juntando-as ao texto, entrar nos estúdios de Rádio Clube de Moçambique e assistir à gravação de um programa. Ele fez uma prova de voz, submetida à direção da estação, mas ficou dois anos sem poder falar ao microfone, por causa da cor da sua pele. A 13 de maio de 1966, João de Sousa seria o primeiro locutor não branco da estação. Para além de relatos semanais de futebol e basquetebol passou a fazer programas, em 1968, com *Bondiazinho*, de parceria com Eugénio Corte Real, alargando depois a outros programas das Produções Golo (*Guiando e Ouvindo Música, Extensão Dez*).

A situação vivida em três dias em Rádio Clube de Moçambique apresentou algumas semelhanças com a ocorrida na Rádio Renascença, embora de posicionamento político contrário. Na perspetiva dos revoltosos, a 7 de setembro de 1974, o edifício de Rádio Clube de Moçambique tinha hasteado uma bandeira da Frelimo, levando-os a entrar na estação para demover os dirigentes da comissão administrativa de propaganda pró-Frelimo. Manuel Gomes dos Santos, membro da FICO, apresentou-se como locutor Manuel e leu “Aqui Moçambique livre” e apelou à calma e à segurança. A família Mesquitela saiu de sua casa para apoiar o movimento de Rádio Clube. Com voluntários ex-paraquedistas, Gonçalo Mesquitela mandou ocupar o aeroporto e os CTT, organizou a defesa das antenas emissoras da Matola, criou um gabinete de imprensa, com Ricardo Saavedra, Rui Forjaz e Albano Melo Pereira, e pediu voluntários para limpar a rádio (Mesquitela, 1977, pp.85-93). Ricardo Saavedra, alferes miliciano radicado em Moçambique depois do serviço militar, colaborou no *Notícias* de Lourenço

Marques, fora um dos líderes da Japress, central de contrainformação ao serviço de Pimentel dos Santos, último governador civil de Moçambique, e entrou para o grupo Champalimaud depois de abril de 1974 (Cardoso, 2014, p.339). Clotilde Mesquitela ficou no serviço telefónico, com contactos com Moçambique e estrangeiro e triagem das notícias a difundir.

Surgiam movimentos contraditórios de apoio e desaconselhamento da ação, conjunto vasto de boatos que a estação de rádio ampliou. De um lado, circulava a informação de coluna militar para esmagar a revolta de Rádio Clube de Moçambique (Mesquitela, 1977, pp.94-116). De um telefonema de Lisboa, interceptado pelos serviços de escuta, Costa Gomes teria dado ordens à Força Aérea para bombardear as antenas de rádio. A manutenção da ocupação da estação não teria o eco desejado em Portugal. Samora Machel, em discurso violento, classificou os revoltosos de 7 de setembro como rebeldes e facínoras e declarava-se pronto a iniciar uma guerra contra eles até ao extermínio. Os dias correram velozmente, e com notícias de crescente violência e saque na cidade, foi decidido a entrega da estação e tentadas condições de saída (Mesquitela, 1977, pp.138-144), rendição anunciada na rádio. O número de mortos, apesar de impreciso, pode ter rondado os três mil (Cardoso, 2014, p.343).

Entretanto, partia uma resposta da Emissora Nacional. Com os elementos da direção da estação ausentes, o diretor de produção Álvaro Belo Marques chamou o locutor de serviço Fernando Frazão, pediu-lhe para não sair e mandou abrir um centro de regência para organizar uma emissão especial dirigida a Moçambique, e pediu ao engenheiro de serviço para orientar as antenas para Moçambique e colocar dois emissores de ondas curtas em paralelo, a chegar a 160 kW de potência. A emissão incluiu noticiários e canções de luta e contribuiu para acabar com a revolta branca. Álvaro Belo Marques estava consciente do impacto da sua posição. Se algo tivesse corrido mal, seria preso por ultrapassar os seus poderes de diretor de produção.

8. Período revolucionário (1974-1975)

No pós-abril de 1974, para a informação traçou-se um novo perfil, como se lia em ordem de serviço da Emissora Nacional (9 de julho de 1974): “como, além de uma nova linguagem radiofónica, se pretende ainda a formação e a especialização de profissionais, aos realizadores competirá encontrar a forma de trabalho que permita estes objetivos”. O noticiário implicava experimentar, inovar, ouvir as populações e os intervenientes públicos, através de entrevistas, depoimentos gravados e telefonemas para a redação. À formalidade seguia-se a informalidade. Do ponto de vista da metáfora, o locutor despiu o casaco e a gravata e abriu a camisa. A linguagem de voz grave e distante deu lugar à entrevista e à fala popular. Ao escrito e lido rigorosamente sucedeu o direto e o improvisado. A rádio inaugurou a tendência que, depois, a televisão privada ampliou: vozes populares nos noticiários e programas de entrevistas de gente anónima, mais visível na televisão popular, correram a par da passagem da

linguagem depurada e lida para a conversa oral espontânea e de intimidade. Se, no Estado Novo, a primazia era com os órgãos de poder como o primeiro-ministro (presidente do conselho), depois, as notícias principais diziam respeito a ações populares — moradores, comissões fabris, teatro popular e espetáculos populares, numa nova grelha de valores-notícia.

Toda a estratégia montada de formação da opinião pública através de palestras, em especial nas primeiras décadas da rádio, que ninguém ouvia, desabou. Nesse vazio, experimentavam-se novas estéticas, a partir de experiências de outros países, como a França. Também os relatos da violenta descolonização, embora idealizada como justa independência das colónias, fizeram parte dos noticiários, em especial no ano de 1975. Ao apoliticismo por causa da censura sucedeu a politização informativa, a trazer noticiários tendenciosos. Nas vésperas do golpe militar de 25 de novembro de 1975, os noticiários das estações nacionais (Rádio Clube Português e Emissora Nacional) passaram a ser emitidos a partir do Porto, numa nova centralização política, regressando a Lisboa quando a situação militar se redefiniu. À altura, a Rádio Renascença emitia apenas do Porto, por destruição do emissor em Lisboa. A partir de então, a informação passou a ser mais plural e equilibrada em termos de valores sociais do capitalismo de mercado. As cartas e os telefonemas para as rádios nacionais ganhariam peso no final da década de 1980, com programas de antena aberta aos ouvintes a comentarem temas agendados para discussão.

A direção de programas da Emissora Nacional nomeada após a revolução de abril de 1974 decidiu a emissão de quatro grandes blocos de notícias: 8:00, 13:00, 20:00 e 24:00 (ordem de serviço de 9 de julho de 1974). O *Jornal Falado* ficou com uma equipa de realização constituída por realizador, assistente, dois locutores, técnico, dois a cinco repórteres e assistente musical. Nascia um programa de formação baseado em novas formas de fazer informação, caso da programação da madrugada, entregue a equipa de jovens locutores “responsáveis pelo que de bom (já se) e de mau (ainda) se ouve na Emissora Nacional” (*Diário de Lisboa*, 5 de setembro de 1974). João Paulo Guerra, José Nuno Martins e Francisco Muñoz realizavam os jornais e José Júdice e Marques Graça eram assistentes de realização. Os primeiros dois locutores reestruturariam, do ponto de vista logístico, os serviços de informação, incluindo mesas para gravações. Quem escrevia o noticiário passaria a lê-lo, como em Rádio Clube Português. Um dos locutores, José Nuno Martins, então militar, funcionou como elemento de resolução de conflitos, pois a rádio tinha pessoal que se identificava da extrema-direita à extrema-esquerda.

A reportagem foi o género radiofónico preponderante, ao qual se juntaram diretos e entrevistas de rua, marcas de rutura com a programação antes estabelecida pelo conselho de planeamento de programas com uma antecedência de três semanas. Nos dias que mediaram entre 25 e 30 de abril de 1974, antes da atuação direta do novo poder político, a Emissora Nacional assistiu a dois movimentos diferentes de grande instabilidade, com a nova liderança ainda não se afirmada e a mais antiga ainda a deter força na hierarquia. O anterior diretor dos

serviços de programas, Alberto Represas, libertou toda a música até aí proibida, mormente trechos da autoria de José Afonso, Jorge Letria e Adriano Correia de Oliveira ou por eles interpretados e outros cantores de baladas. Rádio Clube Português tomou logo essa decisão no primeiro dia do novo regime e a Rádio Renascença demorou um a dois dias a compreender que o regime anterior caíra. As associações de rádio em Lisboa (Associados) e no Porto (Reunidos) seguiram rumo idêntico à Rádio Renascença. O público-alvo das estações locais era popular e conservador em gostos estéticos. Por exemplo, um programa que ganhou um Prémio da Imprensa, o *1-8-0* (1968-1972), tinha convidados ligados ao fado e não ao movimento dos baladeiros e, apenas no começo de 1971, José Afonso e Adriano Correia de Oliveira passaram pelo programa.

No período de 1974-1975, para quem estava a organizar e a produzir a programação houve muitos momentos de festa, chegando a estar dois dias seguidos na estação. Mas as suas famílias e casamentos saíam prejudicados, porque passavam ali dias inteiros, dormindo nos sofás existentes na rádio. Houve profissionais que acreditaram que o seu empenho ia levar por diante a revolução.

Dois movimentos desenvolveram-se na Emissora Nacional: por um lado, a produção de textos, em que o setor de programas criativos desempenhou um papel importante, com Manuel Alegre e Eduarda Ferreira (Santos, 2013, p.116). Por outro lado, a dinamização cultural ligada ao Movimento das Forças Armadas (MFA) e 5ª Divisão, onde estavam os militares da esquerda radical. Foi dado relevo à informação internacional nos noticiários. Durante a campanha de solidariedade com o Chile, no primeiro aniversário do golpe militar naquele país com concerto no Coliseu dos Recreios, alguns noticiários abriam com música chilena e com informação de iniciativas de apoio ao Chile.

As contradições refletiam-se em carta anónima sobre afirmações ditas num *Programa da Manhã*, com responsável pelo programa a alertar “os camponeses para certo clero e certos reacionários que andam a dizer que as pessoas se não juntem em cooperativas, e que os mesmos reacionários andam a dizer que as Forças Armadas lhes roubam as terras e são todos comunistas” (ofício de Calvão Borges ao governador militar de Lisboa, de 25 de fevereiro de 1975). De acordo com a carta, o locutor acabaria a sua “intervenção” com a palavra de ordem: “Atenção, camponeses, o povo deve estar unido com as Forças Armadas, pois unidos venceremos”. Numa mesma emissão do *Programa da Manhã* chegou a ser transmitido oito vezes *A Internacional* (Serejo, 2001, p.78). Passava-se das palestras reacionárias de Jacques Ploncard d’Assac, em *A Voz do Ocidente*, para o radicalismo do poder do povo. A parte falada readquiria nova ênfase, a pensar em educar o povo, subjugado por regime obscurantista de quase cinquenta anos, como se expressava então. As novas ideias vinham das palavras e da música recuperada dos cancioneiros por Lopes Graça e Giacometti.

Eugénio Alves entrou na Emissora Nacional após o 25 de abril de 1974, mas manteve o seu lugar no jornal *República*, primeiro, e *Diário de Lisboa*, após setembro de 1974. Álvaro

Belo Marques, que pertencia à área de publicidade no *República*, convidou-o para a rádio, do mesmo modo que aconteceu a Carlos Albino e José Jorge Letria, entre outros, a indicar um fluxo de jornalistas da *República* para a Emissora Nacional. Em 1975, a Emissora Nacional organizava-se em três equipas de edição dos jornais radiofónicos: António Jorge Branco de manhã, Alexandre Pais à tarde e Eugénio Alves à noite. Muitas notícias eram baseadas em comunicados e em depoimentos de responsáveis políticos, militares e sindicais, mas também vozes populares. Os profissionais da redação, classificados não como jornalistas mas como noticiaristas, recebiam os telexes e construía as notícias. O percurso de profissionais como António Bondoso identificaria a mobilidade existente. No final de 1974, transferiu-se da rádio de São Tomé e Príncipe para a Emissora Nacional, entrando por Lisboa até aparecer uma vaga no Porto e ele criar uma secção de informação. Cada turno contava com seis jornalistas e dois datilógrafos, que escreviam as notícias e assinadas depois pelo editor. Nem sempre as notícias eram feitas com qualidade. A rádio em direto incluía a presença de entrevistados em estúdio, registos magnéticos feitos no exterior e trabalhos feitos pelo telefone.

Na véspera do movimento militar de 28 de setembro de 1974, houve grande pressão por parte do grupo de António Spínola (Galvão de Melo, Sanches Osório). Em causa, a manifestação da maioria silenciosa, de reforço dos poderes presidenciais de Spínola e de apoio às suas políticas federalistas, numa altura em que o processo de independência da Guiné-Bissau estava fechado e a revolta branca em Moçambique, culminada no assalto a Rádio Clube de Moçambique, fracassara, com a hegemonia de forças de esquerda no governo provisório. O momento era ainda de forte disputa entre o presidente da República e o Movimento das Forças Armadas, em contexto de recomposição do aparelho de Estado (Noronha, 2011, p.12). Como pano de fundo, a manifestação representava a tentativa de reagrupamento político à direita, incluindo elementos dos antigos movimentos da Legião Portuguesa e da Ação Nacional Popular. Na sequência, um comunicado de imprensa de Galvão de Melo, a apoiar a manifestação da maioria silenciosa, foi lido nos noticiários da Emissora Nacional no dia 27 de setembro. Vasco Lourenço, da comissão coordenadora do movimento das Forças Armadas, proibiu a repetição de leitura do comunicado (Ruivo, 2013, p.400). Spínola ficaria alarmado com as convocações para as barricadas populares nas linhas de acesso a Lisboa, organizadas por sindicatos e forças políticas de esquerda, contra a manifestação da maioria silenciosa feitas por Rádio Clube Português e Rádio Renascença, ordenando o encerramento das duas estações e obrigando a Emissora Nacional a difundir apenas comunicados da presidência da República (Ruivo, 2013, pp. 403-404).

Por seu lado, e como repercussão da radicalização, as relações profissionais pessoais deterioraram-se, na base de pertenças partidárias diferentes. Uma leitura plausível é da luta de elementos de base contra quadros médios e de quadros médios contra quadros superiores, visível nos vários processos de saneamento. Mesmo nas eleições para a representação em comissões sindicais ou de redação, havia agrupamentos tendenciosos político-partidários.

A nova força da Emissora Nacional foi ganha pela entrada e impacto dos elementos entrados após 25 de abril de 1974, com substrato ideológico forte que tomou a Emissora Nacional e alcandorado a cargos de chefia, colocado no lado oposto às antigas chefias, integrados na comissão civil. Mas os militares não conseguiram gerir conflitos entre profissionais de carga ideológica forte e a quererem ficar na História, sem esquecer os que estavam com medo e os ainda ligados ao poder antigo, mesmo que em silêncio.

Bibliografia

- Baptista, César Moreira (1957). *Os Principais Problemas da Administração Local*. Lisboa: Centro de Estudos Político-Sociais
- Baptista, César Moreira (1958). *Secretariado Nacional de Informação*. “Um Instrumento de Governo”. 25 Anos de Ação. Lisboa: S.N.I.
- Baptista, César Moreira (1966). *Discurso proferido pelo dr. César Moreira Baptista, Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1966*. Lisboa: S.N.I.C.P.T.
- Baptista, César Moreira (1968). *Os Prémios do Secretariado e a Política do Espírito*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação
- Baptista, César Moreira (1968a). *Os Prémios do Secretariado e a Política do Espírito*. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação
- Baptista, Moreira, Geraldos Cardoso, Clemente Rogeiro e Ramiro Valadão (1971). *Opinião Pública — Imprensa, Rádio, Televisão — Problemática Nacional da Informação*. Lisboa: Gratel
- Bebiano, Rui (2003). *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus
- Brandão, Fernando de Castro (2015). *Cartas Singulares a Salazar*. Lisboa: Europress
- Caetano, Marcelo (1965). *A Opinião Pública no Estado Moderado*. Lisboa: Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco
- Cardoso, Ribeiro (2014). *O Fim do Império. Memória de um Soldado Português: o 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*. Lisboa: Caminho
- Carmo, Carina Infante (2014). “As Crónicas Radiofónicas do Senhor A”. In Paula Godinho e António Mota Redol, coord. *Alves Redol. O Olhar das Ciências Sociais*. Lisboa: Colibri, 321-334
- Cristo, Dina (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: MinervaCoimbra
- Costa, Luís Freitas (1996). *Peça por Pessa. Português, repórter, “oitenta e catorze” anos de idade*. Lisboa: TV Guia Editora
- Domingos, Nuno, e Pedro Moreira (2010). “Serões para Trabalhadores”. In Salwa Castelo-Branco, dir. *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates
- Emissora Nacional (1937). *Ronda do Império*. Lisboa: Emissora Nacional
- Emissora Nacional (1938). *Três Anos de Trabalhos — 1 de Agosto de 1935 a 1 de Agosto de 1938*. Lisboa: Emissora Nacional
- Ferro, António (1950). *Problemas da Rádio*. Lisboa: Edições SNI
- Galvão, Henrique (1939). *Clima de Guerra ao Microfone da Emissora Nacional*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Casa Portuguesa
- Guerra, João Paulo (2009). “O Romance da Tua Vida Ainda por Escrever”. In Artur Portela (coord.) *Jornalistas Pais e Filhos*. Lisboa: Casa da Imprensa e Porto: Fronteira do Caos
- Leal, Olavo d’Eça (1944). *A Voz da Rádio. 2ª Seleção de Diálogos*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco
- Maia, Matos (1995). *Telefonia*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Mesquitela, Clotilde (1977). *Moçambique — A Descolonização e o Movimento Moçambique Livre de 7 de Setembro de 1974*. Lisboa: Edição A Rua
- Ministério das Colónias (1936). *Anteprojecto da organização da radiodifusão imperial, apresentado à conferência pelo Rádio Clube Português*. Lisboa: Ministério das Colónias
- Moreira, Pedro (2012). “*Cantando espalharei por toda a parte*”: *Programação, Produção Musical e o “Aportuguesamento” da “Música Ligeira” na Emissora Nacional de Radiodifusão (1934-1949)*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa
- Neves, Isménia (2004). *Olavo d’Eça Leal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa
- Noronha, Ricardo (2011). *A Nacionalização da Banca no Contexto do Processo Revolucionário Português (1974-75)*. Tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa
- Ruivo, Francisco (2013). *Spínolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*. Tese de doutoramento defendida na Universidade Nova de Lisboa
- Santos, Rogério (2021). “Raret e IFA Portuguesa de Radiodifusão: Lutas Políticas Internacionais Através da Rádio”. In Carlos Guilherme Riley, Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes e Tito Cardoso e Cunha, coord., *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita*. Lisboa: Tinta da China, 547-559.
- Santos, Rogério (2018). *Sintonias da Rádio em Lisboa, 1924-1975*. Lisboa: Colibri
- Santos, Rogério (2017). *A Emissora Nacional e as Mudanças Políticas, 1968-1975*. Coimbra: MinervaCoimbra
- Santos, Rogério (2014). *Sempre no Ar Sempre Consigo, 1941-1968*. Lisboa: Colibri
- Santos, Rogério (2005). *As Vozes da Rádio, 1924-1939*. Lisboa: Caminho
- Santos, Sílvio (2013). *Da Rádio Estatal ao Modelo Integrado. Compreender o Serviço Público de Radiodifusão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Serejo, Fernando (2001). “Rádio — do Marcelismo aos Nossos Dias (1968-1990)”. *Observatório*, 4: 65-95
- Viçoso, Vítor (2012). “Alves Redol: do «Etnografismo» à Construção de uma Poética da Narrativa Neorrealista”. *Nova Síntese*, 7: 121-143

Publicações

Antena
Rádio Nacional (1946-1956)

Arquivos

Arquivo Histórico RTP (Pasta 76 — Relatórios de Escuta: Programas e Informação. 1966/1970, Caixa 70, Caixa 122. Livro de Atas do Conselho de Programas 1958-1971)

Arquivo Histórico RTP Sonoro (AHC 2658, AHD 22263_04, AHD 11922)

Arquivo SNI [Arquivo Nacional Torre do Tombo] (Caixas 791, 1395)

Entrevistas

Acácio Marinho, Adelino Gomes, Álvaro Belo Marques, Álvaro Esteves, António Bondoso, António Miguel, Aurélio Carlos Moreira, Estrela Serrano, Eugénio Alves, Evaristo Nunes Forte, João Alferes Gonçalves, João Paulo Guerra, João Pinto Garcia, José Nuno Martins, Luís Filipe Costa, Maria Alexandra Fraga, Olga Serra Cruz, Oliveira Pires, Orlando Dias Agudo e Rui de Melo.

Sítio da internet

<http://bigslam.pt/destaques/joao-de-sousa-o-profissional-da-radio-por-alexandre-ribeiro-franco/> (acedido a 25 de setembro de 2016).